

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 4/2014

Da reunião ordinária pública realizada no dia 21 de Fevereiro de 2014, iniciada às 09:04 horas e concluída às 12:39 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	28
Agenda	28
Aprovação de Actas	28
Balancete	28
Despachos	28
DAG	29
DOP	35
DCJD	40
Intervenção do Público	41
Aprovação em minuta	43
Votação das deliberações	43
Encerramento	43
Montante Global dos Encargos	43

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

ABERTURA

ACTA N° 4/2014

No dia vinte e um do mês de Fevereiro do ano dois mil e catorze, no Auditório Municipal da Covilhã, sito na Rua do Castelo, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Nuno Flávio Costa Reis, em substituição de Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

Não compareceu o Senhor Vereador Nelson António Mendes da Silva, que apresentou pedido de justificação de falta.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

II- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou as seguintes informações ao Executivo:

“- Apresento um voto de rápido restabelecimento ao Senhor Arquitecto Pedro Flávio, que foi vítima de um acidente em Sochi;

- Congratulação por ter sido reconhecido o mérito do nosso Centro Hospitalar, que ficou em 8º lugar do ranking nacional, sendo reconhecido com 8º melhor do país;

- Voto de reconhecimento pelo facto de a Associação Mutualista Covilhanense ter sido premiada pela Missão Sorriso, pelo trabalho que presta no domínio da solidariedade;

- Estamos a envidar todos os esforços para atender ao pedido da empresa PC Medical, no sentido de ser encontrado um novo espaço para a sua actividade, que não é fácil, porque não temos do passado um legado, para podermos disponibilizar espaços perfeitamente adaptados para aquelas actividades. Temos contudo vários espaços disponíveis que já apresentamos aos responsáveis da empresa, para tentarmos resolver o problema de espaço que esta empresa pretende;

- Desloquei-me, no âmbito da rede das Judiarias, numa comitiva ao Estado de Israel, onde tive a oportunidade de me reunir com várias entidades locais; reuni com o Senhor Presidente da Câmara de Qiryat Gat, que é uma cidade com cerca de 50 mil habitantes e que fica a 70 km de Tel Aviv, que tem características muito parecidas com as da Covilhã, no que diz respeito à actividade económica preponderante, que era o têxtil, que tinham inclusive, a maior fábrica de têxtil do Médio Oriente, que tal como muitas das nossas empresas desta área, acabou por falir nos anos 90 e tal como nós, os judeus são um povo empreendedor e reconverteram a actividade, viraram-se para as novas tecnologias. Pude constatar numa visita que fiz ao Parque Industrial, que têm empresas como a HP ou a Intel, onde trabalham 3 mil pessoas, e pelo facto de termos estes pontos de contacto, procurei acolher experiências para programar o futuro, fruto de um trabalho colectivo e não de interesses partidários. Ficou acordada a visita do Senhor Presidente da Câmara local, que virá a Portugal e à Covilhã e a outras cidades envolventes nesta iniciativa. Esta visita teve grande importância, onde fomos colher experiências e abrir portas para o futuro. Decorreu há mesma hora, uma visita à Universidade de Bar-Ilan, onde fiz chegar documento da Universidade da Beira Interior, do Centro Hospitalar da Cova da Beira, do Data Center, divulgando a nossa região e o nosso potencial. Visitei a Universidade Hebraica de Jerusalém, onde fomos recebidos pelo Director da Faculdade de Humanidades, pelo Investigador e Director da Biblioteca de Estudos Hispânia-Judaica, pelo Director da Divisão de Estudos de Graduação, onde tivemos a oportunidade de divulgar a nossa Universidade e onde entreguei uma carta do Senhor Reitor da UBI, a manifestar a vontade de criar uma cátedra de estudos sefarditas, de estudos hebraicos, à qual mostraram total receptividade, promovendo o intercâmbio, que ficou de ser feito no domínio estudantil, de pós-graduações, mestrados, etc.. Reuni, em Jerusalém, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Senhor Director de Assuntos Públicos, onde informámos o objectivo da nossa visita, com o intuito de fomentar a cooperação económica das boas relações entre os dois países e para que elas se traduzam em negócios que interessem a ambas as partes; essa vontade de cooperar foi bem acolhida e ficaram, nesse domínio, de trazer a Portugal uma comitiva no sentido de auscultar as nossas capacidades, o nosso potencial, para podermos cooperar. Esteve também uma comitiva no Parlamento Israelita, onde estive o Senhor Secretário Geral

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

das Judiarias, o Senhor Jorge Patrão acompanhado por uma Deputada do nosso distrito, Hortense Martins, onde se encontraram com um influente político israelita, com o mesmo objectivo. Estive ainda presente num *workshop* promovido pelo Turismo de Portugal, onde esteve presente o Senhor Secretário de Estado do Turismo, onde foi promovido o nosso país.

- Promovi uma sessão pública com os Covilhanenses, a propósito do assunto da ADC e do Silo Auto do Pelourinho, que todos já conhecem e quero solicitar aos Senhores Vereadores que se pronunciassem sobre o tema.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias cumprimentou os presentes e disse que esteve presente da sessão pública como munícipe, por entender que todas as informações que devem ser prestadas são da maior importância. Referiu que a iniciativa é louvável e que ninguém deve temer o facto de existirem estas ou outras reuniões, que possam dar à opinião pública a informação que uns têm e que outros podem não ter. Entregou ao Senhor Presidente um documento que elaborou sobre o assunto e que teve reflexos nas redes sociais, solicitando esclarecimentos, no sentido de apurar a veracidade dessas informações, e que aqui se transcreve:

“ Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Recebi, enquanto munícipe, uma carta no dia 18 do corrente mês, datada de 14 de Fevereiro de 2014, que me convidava para “estar presente no Salão Nobre da Câmara Municipal (...), para analisarmos a problemática da água (ADC) e do silo auto do pelourinho”.

Como é do conhecimento de todos, estive presente nessa iniciativa, que considero importante, para o cabal esclarecimento destes dois e outros processos, que necessitam de ser esclarecidos.

Apesar de considerar importante a iniciativa, como atrás referi, é também importante que estas iniciativas não tenham um objectivo de “caça às bruxas”, nem devem correr o risco de serem tomadas posições que possam vir a ser penalizadoras para o Município.

Relativamente à representação do Município nas Empresas Municipais, como o Senhor Presidente deve estar recordado, recebeu o apoio da Câmara, mas solicitámos que desse conhecimento do que nelas se passa, tendo solicitado que nos fossem enviadas cópias das respectivas actas, ao que o Senhor anuiu.

Até hoje, nenhum documento nos foi entregue, para estarmos convenientemente esclarecidos do que se passa em cada uma das empresas.

Quanto à informação que prestou publicamente de que o privado, que tem 49% da (ADC), tem em termos de decisão o mesmo peso que o Município que detém 51%, isso não pode acontecer, e como é obvio, penso ser muito importante que **se promova uma reunião entre a Câmara Municipal, órgão colegial e o privado para que fiquemos totalmente esclarecidos, bem como com a Parq C.**

Quanto ao afastamento do Conselho de Administração das Águas da Covilhã, EM, do privado, entendo não ter sido a estratégia mais acertada, porque, se na verdade o que se pretende é reduzir o preço da água, esse objectivo é conseguido na mesma com a presença do privado, uma vez que em termos do peso da decisão, a Câmara tem essa vantagem de 51% contra 49%.

Quanto às Finanças Municipais, e perante o que li hoje nas redes sociais, e que transcrevo, gostava que o Departamento Geral de Finanças nos confirmasse se o transcrito corresponde à verdade:

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Situação em 20 de Outubro de 2013, data da tomada de posse:

TESOURARIA:

1.228.505,85 € em disponibilidades, conforme exibido no site da Câmara, www.cm-covilha.pt, link “administração aberta”

RECEITAS GARANTIDAS, ANO 2014, PROVENIENTES DO ORÇAMENTO DO ESTADO, IMI, IMT, ISV:

30 milhões de euros, valor que assegura amortizações, compromissos correntes e ainda liberta 4,5 milhões de euros para novos investimentos.

DÍVIDA:

8.51.0115,32 € relativos à construção de habitação social, com amortização anual programada até 2030, taxa de juro 1,5% e spread 0%.

9.262.098,32 € a pagar à EDP, provenientes de dívidas da indústria, com amortização programada até 2024, sem juros.

280.265,21 € a empreiteiros, com dívida corrente a menos de 60 dias.

35.058.351,94 € de empréstimos bancários, para co-financiamento de fundos comunitários do II, III QCA e QREN. Pagamento até 2021, taxa de juro 2% e spread médio de 0,25%.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE FACTURAS, ATÉ 20 OUTUBRO DE 2013:
73 DIAS

De referir que, na base das projecções para os próximos quatro anos vertidas em documentos oficiais, depois de cumpridas todas as obrigações permanentes e de amortização da dívida + juros, a Câmara liberta todos os anos cerca de 4,5 milhões de euros para novos investimentos.”

“Entendo que, de uma vez por todas, o Município e os responsáveis que estão aqui a gerir, uns a tempo inteiro e outros a meio tempo, não podemos ficar co-responsáveis por coisas com as quais não temos qualquer co-responsabilidade. Soubemos, através da comunicação social, que estavam nos cofres do Município, 2.500,00 € se em 20 de Outubro estavam lá 1.228.505,85 € o que é que aconteceu? Entendo que há aqui nitidamente uma estratégia de informação e contra-informação e porque entendo que os munícipes devem ser devidamente informados, deixo este documento para que haja um esclarecimento cabal, relativamente a esta matéria e para que não hajam dúvidas no futuro. A iniciativa é de louvar e só deve ter medo de as fazer, quem tiver alguma coisa que não quer que se saiba; confesso que não estava a par de tudo o que foi esclarecido na sessão e fiquei mais enriquecido, em relação ao conhecimento que deveria ter sobre esta matéria.”

O Senhor Vereador Nuno Reis iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e “referir esta ausência e mostra de irresponsabilidade do Vereador Nelson Silva e peço aos serviços que nos informem se esta ausência foi justificada e que informasse, também, quais os motivos da ausência, por um lado, e como é que se fazem as substituições das ausências do Vereador. Não me revejo nesta ausência, ainda mais numa sessão pública e que vem contrariar aquilo que era a vontade do movimento a que foi eleito, pois sabendo que estaria ausente dever-se-ia fazer representar pelo elemento seguinte da lista.”

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Seguidamente, leu e entregou aos serviços a sua intervenção que se transcreve:

“ Começo a minha intervenção solicitando aos serviços de assessoria de imprensa da Câmara Municipal da Covilhã, um cumprimento escrupuloso e rigoroso daquilo que são os relatos das reuniões privadas à imprensa.

Importa referir que se o partido Socialista encontra necessidade do apoio de assessores nas reuniões do executivo, estes se sintam na obrigação de fidelidade aos acontecimentos das sessões e não aos interesses político-partidários, sobretudo naquilo que são vontades comuns aos representantes eleitos. Refiro-me especialmente ao erro quanto ao acolhimento na nota de imprensa que informa do voto de pesar pelo falecimento da D. Isilda Barata.

Fomos confrontados esta semana, em que por mera coincidência, até estava agendada esta Reunião Ordinária Pública de Câmara, com o anúncio urgente de uma “sessão de esclarecimento” inusitadamente urgente e precipitada, onde V. Exa. convidou todos os prezados concidadãos – *uns mais que outros, pelo que se viu dado que apenas alguns tiveram direito a convite individual, por carta e em papel refinado, outros, mais e por ventura mais indiferenciados, por meios electrónicos e todos os demais, onde se incluíram membros dos órgãos autárquicos, por mera publicitação do evento* – para participarem num inegavelmente atractivo evento onde o alegado empenho na procura de soluções – que se partilha -, com a obrigação de se exporem, factualmente, as situações em causa, e ponderar-se em conjunto **as alternativas** e assumir colectivamente um desígnio comum no nosso futuro, nos deixou todos na expectativa de que algo de novo estaria, de facto a acontecer neste município.

Porém, confrontados com o que realmente ali sucedeu, não posso deixar de considerar tal iniciativa como o melhor exemplo, até ao momento, do embuste socialista à Covilhã e da cortina de fumo que se está a lançar sobre o futuro da cidade, para se esconder o que afinal mais não é que, nas palavras do Sr. Presidente, a continuação e agravamento do descalabro com que pactuou no passado e faz questão de contribuir, activamente, no presente!

De facto, o que o Sr. Presidente teve necessidade de fazer, publicamente – *com os inerentes e manifestos custos para este município que se solicita sejam totalmente identificados e discriminados* -, mais não foi que uma mera comunicação ou desabafo sobre as gravosas decisões tomadas por si e pelo executivo socialista, e posta em prática no dia anterior ao da convocação do evento:

- a queda dos contratos/acordos com o parceiro privado na ADC.
- e a manifesta falta de vontade, anterior e publicamente revelada (<http://www.rcb-radiocovadabeira.pt/pag/20900>), em cumprir com qualquer acordo com a parceira no “silo auto do pelourinho”.

E fê-lo numa desesperada tentativa de legitimar, popularmente, o que não se dignou ou teve coragem de legitimar, democrática ou politicamente, dado que não se dignou a apresentar ou, pelo menos, comunicar tais assuntos em nenhuma das reuniões dos órgãos municipais onde tem assento e voz.

Compreende-se o desespero, a urgência e a necessidade de, perante o erro da calamitosa decisão efectivada na assembleia-geral da ADC, se tentar justificar o injustificável e fazê-lo com o maior ruído possível para distrair as atenções do que, verdadeiramente, se deveria discutir e esclarecer:

- Quanto nos vai custar a vossa decisão na ADC? E quem se vai responsabilizar pelas consequências da mesma? V. Exa. ou os que tiveram presentes, incluindo os Vereadores

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

do PSD e da CDU, na referida “Assembleia popular”, arditosamente, convocada, porque não tem a frontalidade, capacidade e coragem de assumir os erros e as consequências sozinho?

- Qual a solução ou alternativa concreta e objectiva que propõe para o silo auto?

O que se teve oportunidade de constatar pela extensíssima apresentação que disponibilizou no site da Câmara, mais que factos, foi uma grotesca e preocupante falta de soluções, estratégicas e propostas, cuja responsabilidade não pode ser assacada ao povo da Covilhã, mas sim e sempre a si, e ao seu staff!

É com tristeza e de lamentar que se constate que, ao abrigo de algo que seria nobre e de respeitar, a participação activa dos cidadãos na vida do município, V. Exa. se tenha, em nosso entender, abusivamente, aproveitado da boa vontade de alguns, do constrangimento de outros, mas sobretudo, da perversidade dos seus estratagemas partidários para legitimar o que nem sequer, teve a coragem de trazer à ordem de trabalhos desta reunião pública, razão pela qual tenho de lavrar um voto de protesto, formal, acerca da falta de respeito e de consideração revelado por V. Exas. – Vereadores Socialistas – por este Órgão de que fazem e ao qual, deliberadamente, sonegam informação e, abusivamente, exercem os poderes delegados que lhes foram atribuídos, de uma forma ostensiva e nunca antes vivida ou vista, mesmo nos “(...) tempos dos políticos heroicos, decisores solitários, fechados sobre si mesmos e nos seus gabinetes, ouvindo somente quem os adulta e lhes dá razão”!

Na semana onde é gasto uma quantia que solicito que seja conhecida em envio de convocatória para reunião plenária, ao arrepio dos órgãos eleitos, sabemos que esta Câmara falha com o compromisso mensal com as Conferências de São Vicente de Paulo que apoiam 450 famílias que atravessam dificuldades económicas no concelho da Covilhã.

O último pagamento foi feito em Setembro de 2013.

Passaram 5 meses sem que tenha sido recebido qualquer apoio financeiro. Repito: 450 famílias.

A falta de pagamento é porque a Câmara considera inútil o apoio?

Sabemos que a Câmara atravessa dificuldades económicas, mas não se entende que as Conferências não recebam o que é justo e devido para depois se atribuírem subsídios, por exemplo, à Associação de Socorros Mútuos da Covilhã, 30.000 euros, ou a Associação Cultural da Beira Interior, com que o Sr. Presidente da Câmara diz, em declarações públicas, ter chegado a acordo para o pagamento de uma verba de 100.000 euros, ou que se pague um almoço de Natal no valor de 22.000 €

Serão estes apoios mais prioritários do que o apoio às Conferências de São Vicente de Paulo que minimizam as dificuldades de 450 famílias do concelho?

Serão estes apoios mais prioritários do que a ajuda ao lar de S. José ou à Associação Regionalista para o Progresso do Alto Zêzere (ARPAZ), na freguesia do Barco?

É esta discricionariedade que deveria merecer um esclarecimento público, à população, como o Sr. Presidente fez ou tentou fazer esta semana a propósito do Silo Auto do Pelourinho e da Empresa Águas da Covilhã.

Nesta declaração não há nada que nos mova contra o trabalho da Mutualista, da Associação Cultural da Beira Interior, que achamos meritório.

O que não percebemos é a pressa e as prioridades. Que gostaríamos de ver esclarecidas.

Exmo. Senhor Presidente,

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Foi sobejamente propalada por V. Exa., durante a companhia eleitoral, a sua vontade férrea de intervir na rede de estradas do Concelho, as quais dizia estarem degradadas, obsoletas, e indignas.

Entre diversas outras promessas suas destaco:

- O alcatroamento da estrada 504, para a Vila do Carvalho, umas das bandeiras eleitorais do Sr. Presidente de Junta, e com a qual V. Exa. se comprometeu. Quando começa esta obra?

- Conclusão da estrada municipal 512, para a Aldeia de S. Francisco, que foi motivo de grandes intervenções e críticas por parte de V. Exa. e que agora se encontra parada.

Quando conclui esta estrada?

- Assumiu ainda o compromisso de dar prioridade máxima à requalificação da estrada de Peraboa, obra que considerou vergonhosa, e sobre a qual o Sr. Presidente de Junta, e a população de Peraboa, querem saber quando a requalifica, conforme lhes prometeu em 2013.

Quando inicia a construção da ciclovía, Senhora do Carmo – Souto Alto, inscrita no Orçamento Municipal?

Ainda esta semana, num périplo pelas estradas do Concelho, constatámos o estado lamentável dos pavimentos rodoviários, esburacados, com crateras perigosíssimas para quem nelas circula, colocando em causa a segurança de pessoas e bens. Quando inicia a sua reparação tendo em vista a resolução dos problemas?

E que dizer, do pavimento rodoviário das ruas da cidade? Em inúmeras zonas, onde o tráfego automóvel é frequente e intenso, o pavimento degradado, com buracos que danificam as viaturas e que podem colocar em perigo a integridade física daqueles que por ali circulam. É o caso, e apenas os cito como exemplo, dos Penedos Altos, do Rodrigo e da Quinta das Rosas, entre muitos outros.

Passados que estão 4 meses da sua eleição, e na medida em que a situação se agravou consideravelmente:

Solicitamos a realização urgente e a disponibilização imediata aos eleitos de um cronograma de intervenções, do qual as ruas a requalificar e respectiva priorização dada por V. Exa. à data do início das obras que ainda não estão no terreno e a data de reinício das outras que V. Exa. mantém paradas.”

O Senhor Vereador José Pinto cumprimentou todos os presentes e expôs o seguinte:

“ - Sobre o assunto da habitação social, que foi uma das primeiras iniciativas que tomei enquanto eleito pela CDU, e que hoje temos aqui o testemunho daquilo que é o dia-a-dia, em termos de qualidade de habitação que é péssima, pouco ou nada foi feito; apenas se fizeram pinturas interiores, quando o problema vem do exterior, das coberturas que deveriam ser intervencionadas, pois só dessa forma se resolverá a situação. Por muitas pinturas que se façam no interior, continuando a chover como tem chovido, é impossível melhorar a qualidade de habitabilidade dessas moradias.

- A penalização que estas pessoas estão sujeitas sempre que, por alguma razão, se atrasam no pagamento das rendas: o Senhorio faz, ou não faz nada, na manutenção dos edifícios, e nada lhe acontece. Se porventura os inquilinos se atrasam na renda, são logo penalizados com 50% dessa mesma renda. Acho que teremos que encontrar uma solução, pois ninguém deve atrasar-se no pagamento daquilo que é a sua obrigação, neste caso da renda, mas aplicar 50% quando as habitações são aquilo que aqui constatámos, acho que é uma injustiça.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

As péssimas relações que existem entre os condóminos deveriam ser acompanhadas por uma Assistente Social, porque ela tem as ferramentas e os conhecimentos para lidar com estes conflitos e ajudar até, na resolução de situações muito pessoais. É de lamentar que a Câmara Municipal não tenha no seu Quadro de Pessoal uma Assistente Social; os problemas da habitação social são uma herança do anterior executivo, mas que se poderia já ter feito mais.

- Sobre a sessão pública de esclarecimento, é de lamentar que esta iniciativa, apesar de ter sido proposta por mim, mas o primeiro momento deveria ter sido neste Órgão e depois sim, avançar-se para uma sessão pública; a metodologia no campo da divulgação pecou.

Aquilo que foi a gestão da autarquia PSD, a CDU sempre se pautou para combater com todos os seus meios aquilo que foi feito à água e ao Pelourinho. A CDU foi promotora de uma abaixo-assinado, onde tentámos elucidar a população, numa sessão pública, em que o anterior Executivo e o anterior Presidente da Assembleia não permitiram, que a população estivesse presente, porque aí se tornaria ainda mais claro, aquilo que foi este “grande negócio”.

O PSD, e nas pessoas dos seus principais representantes, o Sr. Professor Bernardino Gata, e o Senhor Presidente de então, Carlos Pinto, numa acta de 02/02/2008, diziam assim, e a propósito do papel que tinha sido a CDU: “Bernardino Gata - Sobre as forças da oposição: *“...têm andado a reboque das decisões da Câmara, chefiadas por Carlos Pinto, liderada por Carlos Pinto, (...) só faltaram lágrimas, choros e ranger de dentes quando foi aprovado o Silo Auto.”* Isto revela a convicção e o erro com que aquelas pessoas, que na altura eram os responsáveis dos destinos do Município falavam das coisas, até ao ponto de ofender aquilo que era a opinião contrária da oposição. Nessa mesma acta, Carlos Pinto referia: *“Eu quero dizer aos Senhores Deputados desta Assembleia Municipal o que significa a alienação deste património, há duas linhas fundamentais: a primeira é que não está nada posto em causa, quando a defesa dos interesses públicos e municipais, rigorosamente nada, e saem ainda mais reforçados.”*

Nota-se! Os nossos antepassados andaram 70 anos para construir uma estrutura como eram os Serviços Municipalizados e alguém em meia dúzia de meses, faz aquilo que fez.

Depois ainda diz: *“Segundo: A criação destas condições, através da alienação dos 49%, vai tornar a Câmara mais implacável, no que respeita à realização dos nossos objectivos, dos programas, das propostas e do trabalho em conjunto.”* Afinal o que é que isto deu? Um grande endividamento, uma grande alienação e os munícipes a pagarem cada vez mais a água e os resíduos sólidos.

Quando se congratula, Senhor Vereador Nuno Reis, com este crime que foi feito aos munícipes da Covilhã, lamento dizê-lo, está a prestar um mau serviço a esses mesmos munícipes.

A iniciativa é de louvar, a população tem que ser informada, mas o *timing* não foi oportuno. O Senhor Presidente disse que quer um órgão colegial e se é assim, devíamos dar o nosso contributo, devíamos ser conhecedores de forma atempada, daquilo que são iniciativas, principalmente como aquela que foi feita, na sessão de esclarecimento. Da parte da CDU terá sempre o apoio, em tornar claro os negócios que lesaram em muito os interesses do Município.”

O Senhor Vice-Presidente após cumprimentar os presentes, dirigiu-se ao Senhor Vereador Nuno Reis, dizendo que lhe tem apreço, mas que não subscreve nada do que disse. Lamenta que venha questionar a falta, nesta reunião, do Senhor Vereador Nelson

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Silva, porque o elemento seguinte na lista pelo qual foi eleito, é a Dr.^a Marta Alçada, pois na política, “não é o vale tudo”. Afirmou ainda, relativamente à última reunião pública, “o Senhor Vereador Nuno Reis, tem uma posição clara: está ao lado dos privados. Para si, o contrato celebrado pela Câmara presidida pela “mão firme”, e penso que o Senhor está ao serviço da “mão firme”, considera que foi um contrato que serve os Covilhanenses. Não, não é verdade. O Senhor Vereador está nesta reunião, em regime de substituição, é um Vereador temporário, e sobre a última reunião privada, referindo-se a ela sobre o que foi transcrito para a Comunicação Social, o Senhor prestou estas declarações graves, gravíssimas: “O PS utilizou estratégia cacique nas eleições autárquicas.” “Fui delegado a uma das mesas de voto, nunca como nestas eleições, vi usar estratégias de cacique pelo PS para vencer as eleições, desde os carros de lares a transportarem idosos de um lado para o outro, com a indicação concreta do voto, até à distribuição de pão. Acho que o resultado não teria sido este, se não fossem estes os métodos caciques.”

Não lhe admito isto e queria que o Senhor dissesse aqui, nesta reunião pública quais foram os lares que puseram à disposição, do Partido Socialista, as viaturas? Qual foi a panificação de fabricou o pão, para se dar o pão a estas pessoas? Isto é grave e na política, não é o “vale tudo”. Os Covilhanense votaram de uma forma democrática. Lamento e não sabia, que o Senhor fosse manipulado desta forma, pela “mão firme”, para defender interesses de outros. Gostaria que o Senhor pedisse desculpa, a essas pessoas que votaram de uma forma livre, no dia 29 de Setembro.”

O Senhor Presidente respondeu o seguinte: “lamento que o Senhor Vereador Nuno Reis viesse aqui como ventríloquo da “mão firme”. É preciso ter “lata” para vir a uma sessão destas falar como falou, de embuste socialista, do descalabro, custos de uma convocatória! Em plena campanha eleitoral e nos meses que a antecederam, foram gastos milhares de euros, de propaganda nos jornais locais, sem qualquer requisição, qua esta Câmara não irá pagar, muito menos a favor de uma candidatura, de um propósito, para denegrir maldizer sobre os adversários políticos, à míngua de argumentos e de razão. É preciso ter “lata” para vir aqui falar de custos de uma convocatória, num acto de exercício de cidadania, de transparência, de governância aberta. De facto, não tenho palavras para qualificar o que o Senhor veio aqui ler, escrito pela “mão firme”. Gostava de viesse aqui dar a sua opinião e não ser porta-voz de ninguém, é que, a “síndrome de perda de poder” ou a “síndrome pós traumática de perda de poder”, tem tratamento! Psicológico, medicamentos, mas em vez de se tratarem, destilam ódio! Destilam ódio atrás do muro, nas redes sociais, no anonimato, cobardemente a difamar os outros, pessoas de bem, sérias e lamento profundamente que o Senhor faça eco de tudo isso.

Aproveito para dizer, sobre as questões de tesouraria da Câmara, quando eu disse que estavam 2.500,00 € na tesouraria, é real! Disponíveis. Obviamente havia mais dinheiro, mas está comprometido, porque há salários a pagar aos funcionários, o *descalabro* dos empréstimos contraídos ao longo dos anos e que temos que os pagar. Se houver uma emergência, para além daquelas que estão programadas, não podíamos fazer nada.

A Câmara foi notificada, (mais um *descalabro* da “mão firme”), para pagar 714.801,13 € ao PRODOR, porque recebeu este valor, não o gastou onde tinha que gastar, que era na electrificação e beneficiação de caminhos agrícolas; isto é caso de polícia, terá que ser averiguado, porque estes dinheiros tinham que ser gastos, foram verbas antecipadas dos fundos comunitários, que foram indevidamente recebidas e não se sabe onde foi

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

gasto. O PRODER vem pedir a devolução desse valor, ameaçando com execução fiscal; vejam como é que se governava a Câmara Municipal, andava era tudo encoberto! Connosco não há encobrimentos, é a verdade nua e crua. Passo a ler uma das cartas, que foram dez, variando apenas os montantes: *Decisão Final: Finda a face de instrução do procedimento administrativo, relativo ao assunto supra identificado, e com o fundamento no disposto no art.º 103, n.º 2 do Código do Procedimento Administrativo, por quanto tomou conhecimento do incumprimento que implicava o reembolso das quantias indevidamente recebidas, cumpre agora tomar a decisão final, o que se faz termos e com os fundamentos seguintes:*

Em 28 de Janeiro de 2010, candidatou-se à operação supra identificada, tendo o contrato de financiamento (...) sido outorgado em 26/08/2010.

Na sequência do pedido de adiantamento apresentado foi pago, em 15/03/2012, o montante de 38.571,94 € (...); 119.846,81 € (...); 50.170,19 € (...); 83.186,31 € (...); 38.304,19 € (...); 126.089,00 € (...); 51.025,50 € (...); 66.379,69 € (...), 69.997,50 € (...); 71.230,00 € (...); “

Na sequência do pedido de adiantamento de todas estas verbas, umas foram pagas em datas diferentes, a primeira em 15/03/2012, mas foram todas no ano de 2012 e “em 28/08/2013, (já em cima da campanha eleitoral), veio esse Município da Covilhã formalizar o pedido de desistência da operação em assunto, o que foi aceite pela autoridade de gestão do PRODER.” Pediram o dinheiro para ser empregue na electrificação e beneficiação de caminhos agrícolas, nenhum deste dinheiro foi aplicado neta finalidade, sabe-se lá onde foi gasto, depois vem-se desistir, porque não têm como implementar o programa e “face a este circunstancialismo determina-se a resolução do referido contrato, com a reposição das verbas recebidas, para efeitos de reposição voluntária da quantia (...), (a soma total é de 714.801,13 €), para no prazo de 30 dias, a contar da data Recepção deste ofício ser pago, sob pena de execução coerciva.”

Assim todos sabem Governar!

O mesmo aconteceu com o E. Leclerc, que vem pedir também, 700.000 mil euros de dinheiro que entregou à Câmara, para fazer infraestruturas e que não realizou.

Governar assim, todos sabem governar! Isto que acabei de ler diz tudo, diz o que foi a governação da “mão firme”.

É por isso que eu digo que é preciso ter “lata”, escrever o que escreveram para o Senhor ler aqui e praticar isto. Bem sei que é muito incómodo trazer a público a verdade, dói, “o Rei vai nu.” Estou revoltado e indignado com situações como esta. “Buracos” destes aparecem todos os dias e depois vêm falar em finanças. Esse negócio da água tem um “buraco” de 22 milhões de euros, é um grande negócio! Quem denuncia esta realidade, quem fala a verdade, é embusteiro! Quem mente, quem esconde, pratica o bem! Quem denuncia, quem põe à luz do dia, quem revela os factos e fala a verdade, é embusteiro! Mas o povo é sereno.

A auditoria que está em curso, que vai dizer quanto dinheiro existia, quando tomámos posse, (respondendo ao Senhor Vereador Joaquim Matias), onde é que o dinheiro tem sido gasto, como foi gasto no passado, em que é que foi gasto, como é que foi rentabilizado. É também por isso que temos os problemas que temos na habitação social, mas acredite, Senhor Vereador José Pinto, que os serviços da Câmara Municipal da Covilhã, dentro das limitações de natureza financeira e técnica, estão a fazer o que é humanamente possível. O Senhor Eng. Jorge Vieira está a pormenorizar e não podemos acudir a todas as situações, em simultâneo. Nos últimos anos nada se tem feito e relembro que as rendas que nós pagamos à banca, a Câmara recebeu-as e gastou-as em

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

foguetes no foguetório ao longo destes anos todos. Temos que pagar as rendas aos bancos, que o adiantaram e temos que fazer todas estas reparações.

Sobre a convocatória, dizer que há uma explicação, eu não quis secundarizar o órgão Câmara Municipal, quis sim, dar a palavra ao povo, quis ouvir o povo, quis transmitir ao povo. Nós somos o Governo do Povo e para o povo.

Os Senhores Vereadores estiveram lá e foram informados em simultâneo. Havia um timing; houve a Assembleia Geral das ADC, na passada 6.^a feira, eu não quis que ficasse na opinião pública a apodrecer este assunto, durante uma semana, até á reunião de hoje e por isso, entendi que devia uma explicação aos Covilhanenses, imediatamente. Não foi esquecido ninguém, e tudo foi feito, para se difundir a reunião o mais rápido possível, para que todos pudessem ter conhecimento. A reunião foi uma exposição da matéria em análise, houve intervenções de quem quis intervir e estou a receber contributos via e-mail, no e-mail que criámos para o efeito. Limite-me a transmitir factos que estão documentados e disponíveis no *sítio* da Câmara; maior transparência do que esta não era possível. Também transmiti a minha opinião que decorre da minha postura como cidadão e da experiência que tive como advogado, de que é sempre preferível resolver as questões por acordo, por consenso, do que aguardar decisões judiciais, que nem sempre são aquelas de que nós gostamos ou pretendemos, mas uma coisa é esforçarmo-nos para que haja acordo e não estão fechadas as portas, não se rasgou acordo nenhum. Quem manda na Covilhã, são os Covilhanenses e é o interesse público que deve prevalecer, não é o interesse privado.

Eu compreendo que quem fez essas mal feitorias ande preocupado e tente intoxicar a opinião pública com inverdades, com essas “cortinas de fumo”, mas nós estamos cá para enfrentar com determinação e com coragem esta situação; a última palavra é do executivo e o que decidirmos será feito nesse sentido, sendo certo que esgotarei todas as possibilidades de consenso, quer no que diz respeito à PARQ C, quer à ADC. Na próxima semana reunirei com os responsáveis destas empresas e iremos dialogar. Uma coisa é contar a verdade aos Covilhanense, não nos demitirmos do exercício dos nossos direitos, outra coisa é rasgar acordos.

Lamento, Senhor Vereador Nuno Reis, que o Senhor se “encoste” aos nossos parceiros privados, em detrimento daquilo que devia ser a defesa intransigente do interesse público. Por si ficámos a saber que a Câmara deve obedecer e os privados devem mandar, que a água deve continuar cara e não deve baixar o preço. Essa é a grande ilação que tiramos do documento que leu, escrito pela “mão firme”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias voltou a solicitar a palavra dizendo ao Senhor Vereador Nuno Reis que “um ofício não deve ser apelidado de “um qualquer papel”, é um ofício timbrado do Município. Gostava que o Senhor nos informasse, se de facto sabe, quanto é que custou o último Boletim Municipal, que o Município mandou fazer numa gráfica em Tomar, aquando da campanha eleitoral. E o que é que esse Boletim Municipal trouxe de retorno para os munícipes do concelho da Covilhã. Pelo que julgo saber e gostaria de ser informado se é ou não verdade, que esse Boletim Municipal custou 30.000,00 € e se foi mandado fazer numa gráfica em Tomar. Por outro lado, pedia à comunicação social que fossem à Sede do Movimento Acreditar Covilhã e que através da montra tirassem fotografias a centenas largas de jornais do Noticias da Covilhã, ainda empacotados, para distribuir em plena campanha eleitoral. Era importante que a comunicação social divulgasse e saber qual foi o retorno desses gastos, na distribuição do Noticias da Covilhã gratuitamente, no concelho da Covilhã, em plena

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

campanha eleitoral, denegrindo a imagem de outras candidaturas. Esta foi a verdade das coisas. Infelizmente esperavam que os resultados fossem outros, para depois branquearem uma série de coisas, mas não conseguiram.

O Senhor Vereador Nuno Reis falou também da ausência do Senhor Vereador Nelson Silva e gostaria de solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que definíssemos, aqui, como é que vão ser feitas as justificações de faltas dos Senhores Vereadores, quando ausentes, porque acho que é o órgão colegial que se deve pronunciar em relação à ausência dos Senhores Vereadores, para que o critério seja uniformizado essa justificação.

Por outro lado gostaria que fosse esclarecido, de uma vez por todas, sobre o PSD - que é uma coisa que o Senhor gostava de ter como parceiro numa coligação, antes de se coligar com o Movimento Acreditar Covilhã – e gostava que fosse anexo à acta o documento que vou entregar aos serviços, sobre uma entrevista que deu em 11/08/2009: “O jovem de 25 anos repete a candidatura de há quatro anos atrás, em que não foi além dos 524 votos. Nuno Reis considera a criação de postos de trabalho urgentíssima no concelho. O candidato encara também como prioridade, uma política social que faça uma seriação das verdadeiras necessidades da população. *“Não basta ter atenção aos idosos, nem oferecer refeições a um erro”, destaca. Nuno Reis considera igualmente importante regularizar os pagamentos a fornecedores no âmbito das finanças locais e defende uma maior abertura da autarquia, criticando a postura da maioria PSD, liderada por Carlos Pinto. “A força do Presidente da Câmara exerce-se de tal forma que as pessoas têm medo de falar abertamente de diversos assuntos”, referiu.*” Certamente que se irá fazer história disto.

A Câmara Municipal da Covilhã teve Joaquim António Matias, como Vereador no executivo desde 1993 até 1997, em que teve uma operação sistematizada e construtiva e já desafiei quem provasse o contrário. De 1998 a 02/01/2006, estive em regime de permanência na Câmara Municipal da Covilhã e por não concordar com aquilo que eram as imposições que queriam fazer, nomeadamente no corte a benefícios dos idosos, eu abandonei o executivo, do regime de permanência e em 2008 saí definitivamente. Há que esclarecer o seguinte, o PSD enquanto instituição, enquanto grande partido político de Portugal, não tem qualquer responsabilidade em muitas coisas que foram feitas, em muitos atropelos que foram cometidos. Quando o Senhor falar do PSD, fale dos actores que tiveram a responsabilidade da gestão directa e de como o fizeram no Município, e não do partido.

Sobre o silo auto, mantenho o que pensava no passado, a forma como foi programado era uma excelente obra para a Covilhã, mas depois no percurso até hoje, tudo foi desvirtuado. Tenho responsabilidades, porque assumi na altura, a feitura deste investimento para cidade, mas se eventualmente ele não tivesse sido desvirtuado ao longo do percurso, se tivesse sido dados todos os lugares de superfície à PARQ C, certamente hoje não teríamos estes problemas, se não fossem autorizados os estacionamento junto às Finanças e à antiga Renault, os problemas não teriam acontecido como aconteceram; há um conjunto de coisas que foram desvirtuadas e levaram a que agora a PARQ C venha exigir aquilo que está a exigir.

Fico perplexo, quando se fala de uma candidatura do PRODOR, dos 714 mil euros para electrificação dos caminhos rurais e que não foram feitos - pergunto como é que é possível, por exemplo na freguesia de Casegas, que gostava que verificassem, haver

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

uma ampliação de iluminação pública que sai de perto das bombas de combustível, em direcção a Sobral de S. Miguel, u que passa junto de um lagar no lado direito, com cerca de 100 luminárias e que vai direccionada até há antiga casa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casegas, ligadas durante a noite, para dar luz à fauna e à flora, enquanto na Aldeia de S. Francisco de Assis apagam-se candeeiros, onde as pessoas têm dificuldade da sua mobilidade.

Devemos ser mais rigorosos nas nossas afirmações, porque isto não é nosso, estamos a representar o povo que nos colocou aqui e devemos representá-los com seriedade política.

Relativamente à habitação social, temos manifestado a nossa preocupação e estou a ultimar um Regulamento Municipal da Habitação Social, porque é necessário pormos cobro a um conjunto de problemas que existem na habitação social no concelho da Covilhã. Mas com este mapa financeiro, tão negro, a Câmara Municipal tem que dar prioridade às questões mais urgentes.

O Senhor Vereador Nuno Reis disse o seguinte: “ Começava por demarcar-me obviamente, daquilo que são a tentativa de colagem, do PSD e do PS, à minha ligação à anterior Câmara ou ao anterior executivo. Se há aqui gente que foi oposição ao antigo Presidente da Câmara, Dr. Carlos Pinto e ao seu executivo, durante os 16 anos, essa pessoa fui eu. Fui candidato à Câmara pelo CDS e tive a oportunidade e o privilégio de debater algumas das ideias que vêm agora, nem percebo muito bem, apenas, porque elas são públicas, com o actual Presidente, na altura candidato do PS, com o Dr. José Pinto e não sei qual é o objectivo final, mas a verdade é que eu fui candidato pelo CDS, nas últimas duas eleições autárquicas e disse no tempo preciso e nos momentos precisos aquilo que entendia sobre o anterior executivo, nomeadamente em relação àquilo que teriam sido as políticas ruinosas para o Município. Tive oportunidade de as denunciar a seu tempo. Eu não tenho ligação nenhuma com o executivo anterior, apoiei uma candidatura de um movimento de Independentes, de pessoas que desempenharam papéis importantíssimos para o concelho, em executivo e que também eles se afastaram daquilo que era o próprio executivo anterior e por isso foram candidatos por um movimento independente, com o apoio do CDS. Gostaria de pedir, nas reuniões em que eu me fizer representar, que não me “colem” com o anterior executivo. Eu fui opositor claro de Carlos Pinto e disse-lhe variadíssimas vezes, o que achava sobre a governação, alertei-o quanto ao problema da dívida, há provas disso na comunicação social, provas escritas dos meus documentos, há alguns dossiês que lhe fiz chegar, sobre esta questão da ADC.

Sobre as declarações apresentadas pelo Senhor Vice-Presidente, eu fiz essas declarações como Presidente da Comissão Política do CDS e terei muito gosto, no final da reunião, falar com o Presidente da Secção política do PS, sobre o assunto, porque respeito a votação dos eleitores, no Movimento Acreditar Covilhã, um movimento com características independentes, que recebeu apoios de todos os partidos, incluindo um implante do PS.

Fico satisfeito de ver o Senhor Vice-Presidente defender aqui, publicamente, aquilo que foi a prestação do Vereador Nelson Silva e por isso, deixe-me que lhe diga, que da vida interna e da vida democrática do Movimento Acreditar Covilhã, com o apoio do CDS, sabemos nós. Agradeço os seus comentários, mas solicito que seja de imediato parado, aquilo que é a intervenção da vida democrática do Movimento. Um Movimento aliás, que tem um resultado significativo e temos que fazer justiça àquilo que foi o resultado

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

eleitoral e sermos claros quando é pedido ao Vereador em substituição, que se explique o porquê da ausência da Dr.^a Marta Alçada, membro da continuidade da lista. A Dr.^a Marta Alçada apresentou a sua justificação pessoal ao Senhor Presidente da Câmara, não são justificações profissionais, porque os cargos aceitam-se com as profissões. Na vida do MAC, manda o MAC e nesse sentido o Movimento Acreditar Covilhã, decidiu que o Vereador em substituição, dada a ausência da Dr.^a Marta Alçada, seria eu. Em relação ao Vereador Nelson Silva, o meu pedido inicial foi, única e exclusivamente, de dar nota se justificou ou não justificou, isto porque já é a segunda vez e aquilo que é uma relação directa de respeito com a vida democrática da cidade, mas também uma relação directa de respeito com os eleitores que votaram no Movimento Acreditar Covilhã, quando há 8.000 mil pessoas que votam em dois Vereadores e há um que está ausente e que não se faz substituir, isto é um acto de irresponsabilidade, que não podia deixar de dizer não me revejo neste acto.”

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Vereador Nelson Silva lhe endereçou um e-mail a justificar a sua ausência por razões de natureza profissional, que justificou e esclareceu, e informou que a competência da justificação das mesmas esta delegada no Presidente da Câmara.

O Senhor Vereador Nuno Reis continuou a sua intervenção dizendo que “é irresponsabilidade pelo facto de haver um Movimento, também ele colegial, onde o Vereador Nelson Silva se fez eleger, e não comunicar a esse Movimento que estaria ausente para que pudesse ser substituído.

Não me revejo no passado da “mão firme” e os abusos do passado, do Dr. Carlos Pinto, que foi eleito pelo PSD – não podemos passar uma borracha nos partidos responsáveis pela eleição dos anteriores governantes da Câmara Municipal – e eu não me revejo nas declarações, daquilo que é o passado da “mão firme”, do anterior executivo, ou pelo menos da pessoa do Dr. Carlos Pinto.

Obviamente fico preocupado quando o Senhor Presidente refere um conjunto de dívidas que dizem respeito a devoluções de montantes ao PRODER, uma razão que acrescenta àquelas que eu enunciei aqui.

Apresento contudo, duas preocupações muito claras: por um lado, soube na última reunião que está a decorrer uma Auditoria, que felicito, de uma empresa respeitada, com capacidades suficientes, que trabalha no mercado de auditorias há muitos anos e estou esperançoso no resultado que venha. Peço-lhe uma vez mais, que esse resultado seja o mais ágil possível; entendo que esta reunião hoje seria o local certo para nós podermos discutir aquilo que levou a uma sessão de terça-feira à noite. Convinha ter ouvido primeiro a Assembleia Municipal, convinha ter elucidado os Vereadores daquilo que iria dizer, da sua opinião pessoal e ter partilhado, na totalidade os diapositivos e a preocupação plasmada nos mesmos. Outra questão que me preocupa é: ao convocar um plenário concelhio ou um encontro do concelho, tem obviamente que se dirigir a todos. Eu não disse que era um mero papel, disse que era um ofício timbrado e o que disse é muito simples: foi usado um papel de extrema qualidade, para fazer uma convocatória.

Por último, coloquei-lhe três questões que creio não terem ficado concretamente claras, ou provavelmente não estão discutidas com o Movimento, que teve 8.000 votos da população covilhanense e que representa esses covilhanenses, que pretende representar ainda mais os covilhanenses e aquilo que não ficou bem plasmado na sua apresentação, pelo menos não é claro, é saber qual é que é a sua solução definitiva ou alternativa concreta, relativamente à questão da ADC, porque tivemos a informação que da

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

nomeação do Conselho de Administração estão já indicadas as três pessoas; importa saber, qual é que é o Administrador do grupo privado se vai ou não fazer parte; se esse diálogo, com a integração dos elementos do Conselho de Administração foi feito com o privado ou não foi feito; preocupa-me, também, a imagem que nós damos numa tentativa de ser transparentes demais, afastar um investimento privado, que é importantíssimo para a cidade da Covilhã. Nós não sobrevivemos sem ele, o Senhor Presidente tem dito diariamente que não tem dinheiro e sem fonte de receita alternativa, que não seja a criação de emprego pelo privado, nós não teremos alternativa. Importava analisar, em primeiro lugar, este dossier que apresentou com a Assembleia Municipal e depois com os Vereadores e por fim numa reunião plenária.

Preocupa-me que esta tentativa de esclarecimento, não esteja porventura aí mais um descalabro, porque se esse diálogo com os privados não está a ser bem feito e nós sabemos bem que, se há privados que investiram na Covilhã, vão reaver esse dinheiro de investimento de qualquer forma.

Eu estou ao lado dos interesses da Covilhã e não estou ao lado dos interesses dos privados. Importa-me, obviamente, que os privados possam investir legalmente na Covilhã. A minha preocupação é saber se esse estudo, relativamente ao investimento, está devidamente analisado quanto à sua legalidade ou não está. Porque se não está, e se há falta de legalidade nos contratos, que se analise, e solicito-lhe que se procedam às devidas diligências legais para chamar à coacção as pessoas que agiram ilegalmente contra o nosso Município, inclusive os serviços jurídicos. Porque se há advogados, que por um lado, fizeram parte do que são as avenças da Câmara Municipal da Covilhã, e por outro lado fazem parte daquilo que são as avenças das empresas privadas, que estão ao lado dos privados, nomeadamente da ADC e da SOMAGUE, faça o favor de os chamar à coacção, porque se há ilegalidade nesses contratos, essa ilegalidade tem que ser analisada.”

O Senhor Presidente respondeu que “O Senhor Vereador apressou-se a ler o texto que lhe entregaram, mas não fez os “trabalhos de casa”. E não o fez porque está a referir-se à questão das águas e vejo que não leu, não ouviu, não estudou o dossier que eu disponibilizei. Já expliquei que tentei, junto da nossa parceira minoritária das Águas, que ela fizesse parte dos Órgãos Sociais, presidindo à mesa da Assembleia Geral, aliás que ficasse com a totalidade da mesa da Assembleia Geral e obviamente, que não a convidei, nem iria convidar para o Conselho de Administração, porque entendo, se temos 51% da empresa, o Conselho de Administração é nosso, não deve ser composto por quem não deve mandar nesta sociedade. O que aconteceu até aqui e por isso temos o descalabro de 22 milhões de euros, é que a nossa sócia minoritária mandava e a Câmara executava. Esse é que é o descalabro, e 22 milhões de euros ao fim de 5 anos, está aí o resultado. Quer maior descalabro do que este? E o maior descalabro que é de termos a água mais cara do país? Qualquer coisa que possa dizer em contrário, não faz qualquer sentido.

Reiterar-lhe que, a nossa atitude é uma atitude responsável, no sentido em que fazendo prevalecer os direitos do Município e só esse é que deve prevalecer, o interesse público é que deve nortear a nossa acção, ainda assim, não obstante, tudo estamos a fazer para haja uma solução consensual, tanto no que respeita à parte da PARQ C, como no que concerne à ADC. É uma atitude responsável, contrariamente às cortinas de fumo, à fumaça que andam para aí a lançar, a dizer que se rasgou e que se incompatibilizou e que “vão pedir o céu e a terra”, que vamos ter que pagar uma indemnização choruda,

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

enfim, mais do que já aconteceu é difícil. Os Covilhanenses têm pago uma factura pesadíssima de água.”

O Senhor Vice Presidente acrescentou o seguinte: “Fiquei muito decepcionado com a resposta que o Senhor Vereador Nuno Reis me deu. Como o considero uma pessoa de bem, pensei que ia dizer quais tinham sido os Lares de Idosos, qual tinha sido a panificação, que tinham dado o contributo na campanha do PS. Se sabe diga! Estamos numa reunião pública. As pessoas precisam de ouvir as verdades e por isso foi uma mentira o que o Senhor disse. Isso é feio.

Por outro lado, eu não sei se o Senhor já se desvinculou ou não do CDS, mas quero dizer-lhe que o MAC, que se apresentou nas eleições não tem “pernas para andar”, já não adiantam transplantes, nem transfusões de sangue. Já não adianta. A verdade é que o MAC e quem o representa, neste executivo, o primeiro elemento do MAC, acho que não é o Movimento Acreditar Covilhã, para mim é “Maldade na Actuação na Câmara”. Apesar de algumas divergências, que tenho tido com o Senhor Vereador José Pinto e com o Senhor Vereador Joaquim Matias, têm apresentado propostas concretas e têm tomado uma posição construtiva. Não o tenho visto da parte do único Vereador do MAC, o que tenho visto é exactamente maldade na actuação da Câmara.

Temos 21 Presidentes de Junta de Freguesia, alguns eleitos pelo PS, outros eleitos pelo PSD, outros eleitos pela CDU e outros pelo MAC. A relação que tenho tido com os Presidentes de Junta de Freguesia é igual para todos. E em relação aos Presidentes de Junta que foram eleitos pelo MAC, o que tenho ouvido da parte deles é que o Movimento Acreditar Covilhã terminou no dia 29 de Setembro, com a eleição, por que a preocupação deles é a defesa das populações. O MAC já lá vai e assim vale a pena trabalhar, com estes senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que têm apenas um objectivo: melhorar a qualidade de vida das suas populações.

Há pouco fiz-lhe uma pergunta, não sei se o Senhor ainda está no CDS ou não, mas mantenha-se, porque apesar de tudo é um partido que faz parte da democracia do nosso país. Infelizmente já não temos a nossa amiga e saudosa D. Isilda Barata, ela sim, ela era o rosto do CDS no concelho da Covilhã e penso que infelizmente com o falecimento dela a Covilhã perdeu uma grande cidadã, mas também o CDS perdeu o seu elemento principal no concelho da Covilhã.”

O Senhor Vereador José Pinto afirmou ainda que” tivemos mais um exemplo daquilo que foi a gestão ruinosa da Câmara gerida por Carlos Pinto e para além disto, mentiu muitas vezes às Freguesias, porque a própria Freguesia da Boidobra contribuiu para o levantamento das áreas de caminhos a intervencionar com essa candidatura e foi-lhe sempre dito que não havia nenhuma informação positiva, em relação à candidatura. Na altura era o Senhor Vereador Pedro Silva que tinha o pelouro das Freguesias e ele também contribuiu para essa mentira. Estamos perante um conjunto de atitudes a todo o título reprovável.

Senhor Vereador Nuno Reis, há duas questões que nos negócios se colocam: é a legalidade e a moralidade. Aquilo que foi feito na última reunião e agora com mais esta denúncia que aqui trouxe o Senhor Presidente, é a moralidade. A moralidade para mim tem todo o valor e o que foi feito pela anterior Câmara, em termos de moralidade, foi baixo, é negativa. Vem com esta questão dos negócios dos privados não virem para o concelho! Pensa que nos assusta? Mas quais privados, estes privados? A Somague, a Parq C, a PT, que levam tudo, tudo o que é o património do Município, a troco de nada ou ainda valorizados com aquilo que não devia ser?

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

O negócio da Parq C não era um bom negócio e o resultado está há vista. Em 1999 foram logo alterados os timings e os elementos do PS pouco fizeram ou nada, para além das intervenções na Assembleia Municipal. Na altura, o Dr. Carlos Casteleiro e o Dr. Miguel Nascimento votaram a favor dos lugares de estacionamento à superfície e a cedência para o efeito. Se alguém está ilibado de responsabilidade nestes negócios ruinosos, é a CDU.

Privado sim, mas com qualidade e em prol dos interesses dos munícipes, não o inverso.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias leu e entregou um documento sobre o Centro Hospitalar da Cova da Beira, que se transcreve e fica apenso à acta:

“Como é sabido, o Centro Hospitalar da Cova da Beira – Hospital Pêro da Covilhã, na avaliação do desempenho que foi feita através dos critérios a nível nacional, pela Escola Nacional de Saúde Pública, ficou em oitavo lugar no ranking.

É de realçar o facto, que da região, apenas este Centro Hospitalar surge em lugar de destaque.

Sentimos a felicidade de termos algumas valências distinguidas:

A UROLOGIA é considerada o melhor de entre os quarenta e um (41) Hospitais e Centros Hospitalares públicos do País.

Também o tratamento de insuficiência cardíaca congestiva, (que é a dificuldade do coração em bombear o sangue), obteve o primeiro lugar, segundo o estudo da Escola Nacional de Saúde Pública, assim como o tratamento de doenças dos órgãos genitais masculinos, nomeadamente no estudo e tratamento das disfunções sexuais e cancro da próstata.

Tendo em conta esta realidade, venho propor um voto de congratulação/louvor e reconhecimento ao Centro Hospitalar da Cova da Beira, pelos excelentes resultados, esperando que em futuras avaliações, possamos ter ainda o reconhecimento noutras áreas da saúde.”

Apresentou um documento sobre a Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, por achar que as reuniões de Câmara devem ter, também, alguma carga pedagógica, de ensinamentos às pessoas; apresenta uma retroexpectiva sobre as Minas da Panasqueira, que se transcreve e que fica apenso à acta:

“As Minas da Panasqueira, situadas na Serra do Açor, são as maiores minas subterrâneas do mundo, com mais de 12 mil km de túneis escavados pelo homem.

Os primeiros registos desta mina datam de 1876, e em 1875, as minas, receberam a multinacional inglesa BERALT TIM AND WOLFRAM, para intensificarem a extracção do valioso e melhor volfrâmio do mundo, e que era muito utilizado na segunda Guerra Mundial.

Desta mina, são extraídos:

CACITRITE, donde provém o estanho;

CALCOPIRITE, que dá o cobre e a volframite, que tem múltiplas aplicações.

O VOLFRÂMIO é o produto de exploração principal na Panasqueira.

Foi pela primeira vez apresentado em 1900, na Exposição Universal de Paris, pelos Americanos que descobriram as suas potencialidades quando associado ao aço, conferindo-lhe alta resistência.

A partir daí, as suas aplicações foram várias, desde o TUNGESTÉNIO, (filamentos das lâmpadas, às lâminas das buldózer, às brocas até à eletrónica e o material cirúrgico).

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Na indústria da eletrónica “Chegavam cem toneladas para responder a todas as necessidades.”

Foi por altura da segunda Guerra Mundial, que a exploração na Panasqueira atingiu o seu auge.

Por essa altura, chegou a empregar onze mil pessoas.

Na encosta, são visíveis numerosas fileiras de casas que eram propriedade da mina, e em 1994, altura em que a mina fechou pela primeira vez.

A administração anterior assumiu a exploração em 1995, e entregou essas casas às famílias dos mineiros.

Muitas delas destelhadas mostram o abandono que vivem.

Atualmente tem cerca de 100 postos de trabalho indiretos.

Como é também do conhecimento todos, a empresa tem, ao longo dos anos colaborado com a Câmara Municipal, e muito particularmente com a Junta de Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, e com o seu ex-Presidente Senhor José Luís Campos, que conseguiu transformar o couto mineiro, e a quem um dia ouvi dizer de “debaixo da terra, sente-se um cheiro intenso, cheira-se a mina”.

E podemos hoje, afirmar, que este homem transformou efetivamente o couto mineiro, acabando com autênticos bairros de lata ali existentes, conseguiu transformar e criar um clima em toda a freguesia de magia, e não fosse a Câmara anterior ter apagado muitos candeeiros, poderíamos ter ali permanentemente um autêntico presépio em todos os dias do ano.

Tudo isto, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, para avivar a história, mas também, para que nos anos em que temos a responsabilidade municipal, não contribuamos para que se escrevam páginas negras na história daquela tão importante zona do nosso concelho.

As acessibilidades, infelizmente são degradantes, já com acidentes mortais ali ocorridos.

Pontos de luz apagados, não criando as condições de mobilidade noturna de segurança.

Um museu, o maior gasómetro do mundo, hoje muito visitado, e que urge divulgar ainda mais;

É pois necessário, com coragem, com determinação que a Câmara não se esqueça de olhar atentamente para a zona sul do concelho, e que com urgência, se promova uma reunião com os autarcas da freguesia, in – loco, e se programem as intervenções necessárias, para que possamos combater a desertificação daquela zona geográfica do concelho.

Por acaso, sabem que a Junta de Freguesia de Dornelas do Zêzere está a transportar crianças para aquela freguesia, do concelho da Pampilhosa da Serra e a quem dão todos os apoios?

E sabem que isso é altamente prejudicial para a freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis e concelho da Covilhã?

Temos ali, uma das melhores construções de escolas e com todas as condições, que, a não atalharmos o problema, pode ver o seu futuro comprometido.

Apelo ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, que tem o pelouro das Freguesias, que se desloque a todas elas, que reúna com os autarcas no terreno, que ouça as suas preocupações, e que ajude a resolver os muitos problemas que há para resolver.

Senhor Presidente:

Na freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, foi colocado lá um funcionário, que anteriormente trabalhava para a Junta de Freguesia de S. Jorge da Beira.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

O anterior presidente da junta alojou a funcionário e sua família, porque a ex-Presidente da Junta de S. Jorge não o quis lá a trabalhar.

Esse funcionário tem os seus filhos a frequentarem a escola em Aldeia de S. Francisco de Assis.

Consta-se, que pretendem deslocalizar esse funcionário para S. Jorge da Beira.

Senhor Presidente, e Senhor Vice-Presidente, venho apelar ao vosso bom senso, para que não procedam a esta deslocalização, porque a ser feita, não só prejudicam o funcionário, como prejudicam a Junta de Freguesia que o acolheu quando a outra junta o dispensou.”

Apresentou um documento relativo à escola A Lã e a Neve, que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Numa recente visita que fiz à Escola da Lã e da Neve, situada no Bairro da Biquinha, constatei mais uma vez, o que já em duas reuniões de Câmara referi, tendo alertado para a urgente necessidade de intervir a vários níveis, nomeadamente:

Intervenção na cobertura, porque, as infiltrações são várias;

O teto falso apesar de uma pequena intervenção feita continua com graves problemas, porque a todo o momento uma das placas pode cair na cabeça de algum aluno, professor, funcionários ou encarregados de educação;

A zona envolvente à escola precisa de uma intervenção urgente também, porque quando chove, formam-se autênticos lagos de água, o que cria muitas dificuldades no acesso, chegando as crianças todas encharcadas às salas de aula.

De referir, que aquela escola é importante para o bairro onde foi construída, e não se deve esquecer um facto que tem a ver com as diferenças de temperatura, uma vez que nomeadamente no inverno tem menos três graus do que na parte baixa da cidade.

Uma das preocupações aqui manifestadas, e que tem a ver com a envolvência da escola, é urgente que se faça o competente protocolo com a Junta de Freguesia de Covilhã – Canhoso, tendo em conta as competências nela delegadas.”

Sobre o Mercado Municipal, entregou o documento que se transcreve e que fica apenso á acta:

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Como sou um utilizador/comprador do Mercado Municipal, no passado sábado, constatei a existência de algum descontentamento de quem, e bem, teimosamente ali continua a vender os seus produtos (comerciantes).

Durante o fim-de-semana, curiosamente li o inquérito que o então candidato à Câmara Dr. Vitor Pereira fez aos comerciantes deste espaço, e constatei a boa intenção para uma intervenção, que de facto o Mercado Municipal necessita e com urgência.

Certamente que o resultado desse inquérito teve o tratamento adequado, e, acredito eu, que possamos fazer a revitalização do mesmo, por forma a possamos continuar a afirmar que a Cova da Beira constitui uma das regiões mais ricas na produção agrícola do interior, fortemente sustentada por uma economia rural, como são exemplo a produção da cereja, do pêsego, da maçã, a diversidade de produtos hortofrutícolas, o azeite, o vinho, o queijo, os enchidos, entre outros.

Importa pois, promover o investimento nas explorações agrícolas e empresas alimentares fundamentais para aumentar a produtividade, e a produção agropecuária alimentar.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Temos que investir num melhor escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e silvícolas.

É fundamental dinamizar igualmente a concentração de produção agrícola e a sensibilização da população para o consumo de produtos alimentares da região.

Está provado que a promoção e consumo de alimentos tradicionais podem melhorar as dietas e ajudar a mitigar o impacto dos altos preços de alguns alimentos, por um lado, e, por outro lado, é uma oportunidade muito importante para promover a agricultura de pequena escala e a produção local.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, quanto ao espaço onde funciona o Mercado Municipal, o anterior Presidente da Câmara, enviou ofício datado de 22 de Fevereiro de 2012, que anexo cópia, onde referia que numa primeira fase iam ser feitas obras, que considero serem importantes, e onde se iriam gastar 105.779,30 Euros.

Houve até vendedores do Mercado Municipal, que fizeram chegar ao Senhor Presidente Carlos Pinto algumas sugestões que anexo.

Como o Senhor Presidente bem sabe, é urgente intervir no Mercado Municipal, e alerta para a urgência de corrigir o que se passa no parque de estacionamento, porque todos sabemos que os lugares sempre foram escassos, e já há alguns meses, o estacionamento se tornou gratuito, porque o sistema de controlo e cobrança estar avariado.

Há hoje, quem utilize esse estacionamento como garagem privativa, exatamente por se encontrar nessas condições.

Senhor Presidente venho sugerir que se crie um grupo de trabalho, onde devem estar representantes dos comerciantes/vendedores do Mercado Municipal, para, com urgência, se programar uma intervenção que possa revitalizar aquele espaço.”

Relativamente ao assunto da Protecção Civil, entregou o documento que aqui é transcrito e que fica apenso à acta:

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Como é do conhecimento de todos os eleitos, “a estrutura da Protecção Civil organiza-se ao nível nacional, regional e municipal.

- Política de Protecção Civil:

A condução da política de protecção civil é da responsabilidade do Governo, que, no respetivo programa, deve inscrever as principais orientações a adequar ou a propor naquele domínio.

O Primeiro-Ministro é responsável pela direcção da política de protecção civil.

Compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política da protecção civil, desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.”

A responsabilidade pela protecção civil municipal é da Câmara, do Senhor Presidente da Câmara, e como é sabido, os Agentes de Protecção Civil, são:

- a. Os corpos de bombeiros;
- b. As forças de segurança;
- c. As forças armadas;
- d. As autoridades marítimas e aeronáutica;
- e. O INEM e demais serviços de saúde;
- f. Os sapadores florestais

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

A Cruz Vermelha exerce, em cooperação com os demais agentes e de harmonia com o seu estatuto próprio, funções de protecção civil nos domínios da intervenção, apoio, socorro e assistência sanitária e social.

Como é do conhecimento do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, “a disponibilidade do voluntariado não é uniforme ao longo do dia, nos diferentes períodos do ano e nas diferentes zonas do país, pretendendo-se com as EIP harmonizar a garantia de prestação do socorro nos concelhos com maior risco e dificuldades em assegurar-lo.”

“Para a criação de uma EIP é necessário estabelecer entre a A.N.P.C., A.H.B.V. e a respectiva Câmara Municipal.”

“No caso de haver interesse, quer da Câmara Municipal, quer da A.H.B. Voluntários, estas entidades informam o CDOS que seguidamente reportará à DNB - Direcção Nacional de Bombeiros esse interesse em constituir uma EIP e assinar o necessário protocolo. A DNB articular-se-á com o CDOS e estes com as demais entidades para a assinatura do Protocolo, feito em três originais, assinados, rubricados e com selo branco ou carimbo, pelas partes outorgantes.”

Também é do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores que no Distrito de Castelo Branco, só dois concelhos não têm um EIP.

Porque urge fazer diligências no sentido de ver se conseguimos sensibilizar o Governo através da ANPC, venho sensibilizar a Câmara, que com a urgência que estas matérias precisam de ser tratadas, resolva, e se pronuncie favoravelmente quanto à criação da referida Equipa de Intervenção Permanente, que custa ao Município, pouco mais de 2.500,00 €/mês, o que nos leva a ser muito mais eficientes na protecção de pessoas e bens.”

Apresentou, de seguida, um requerimento relativo a uma carta remetida pelo Senhor António Costa, quanto à incompatibilidade de funções verificada na Freguesia do Teixoso, que se transcreve a anexa à acta:

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Foi-me endereçada uma carta para a Câmara Municipal, por parte de um munícipe Senhor António Costa, da Freguesia Teixoso/Sarzedo, cujo conteúdo é preocupante, e, entendo, que a Câmara não deve ficar alheada deste processo.

É invocada a Lei nº. 29/87 de 30 de Junho, no que diz respeito a incompatibilidades, e o Artigo 3º nº, 1, refere:

“Sem prejuízo do disposto em legislação especial, as funções desempenhadas pelos eleitos locais em regime de permanência são incompatíveis com a actividade de agente ou funcionário da administração central, regional ou local ou com o exercício da actividade de pessoa colectiva de direito público ou trabalhador de empresa pública ou nacionalizada”.

Como a referida carta refere que há irregularidades, venho propor, que a mesma seja remetida à CCDRC, para que o Gabinete Jurídico possa emitir um parecer, e para que de uma vez por todas se possa esclarecer o autor desta carta, bem como a Assembleia de freguesia respectiva e os Municípes.”

Sobre o Complexo desportivo da ADE, apresentou o documento que é transcrito e apenso à acta:

“Tendo tido conhecimento da reunião que o Senhor Presidente da Câmara teve com os responsáveis desta associação no passado dia 07 de Fevereiro de 2014, venho solicitar a V. Exa., se digne informar dos compromissos que por si foram assumidos na referida

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

reunião, porque, como sabe, esta Associação enfrenta graves dificuldades financeiras, que, de certa forma advêm do facto de, no passado, terem sido feitas promessas não cumpridas.

Mas, tendo em conta que, por esta Associação passam semanalmente muitos jovens em formação e competição, é importante, é urgente, que a Câmara assuma muito claramente quais os apoios que vai dar a esta importante instituição, porque, a formação não deve ser interrompida, o que pode vir a acontecer, caso não seja resolvido esse apoio no curto prazo.”

Sobre as Freguesias de Ferro/Peraboa e Vale Formoso/Aldeia do Souto, entregou os seguintes documentos que aqui são transcritos e apensos à acta:

“Depois de uma deslocação que fiz às freguesias de Ferro e Peraboa para in loco verificar o estado em que está a estrada e o tratamento que devia ter sido dado às águas pluviais, constatei, que tanto o tapete, se é que se pode considerar um tapete, está danificado em vários, muitos locais, como o encaminhamento das águas não foi feito, por forma a não prejudicar os proprietários das terras.

O Senhor Presidente recebeu uma carta da Senhora Dr^a Teresa Guerra, dando exatamente nota do que está a acontecer às suas propriedades.

Urge, pois, mandar fazer um relatório pormenorizado desta obra, para sabermos exatamente o que estava previsto, o que foi feito, se há trabalhos que deveriam ser feitos e se o não foram.

Quanto aos prejuízos já causados pelo não encaminhamento das águas pluviais, venho pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que se proceda em conformidade, até para respeitar a memória do Senhor Guerra, que tudo facilitou para que a Câmara pudesse executar a referida obra.”

“Senhor Vice-Presidente, uma vez que tem o pelouro das freguesias, venho trazer ao seu conhecimento e a todos os eleitos, o seguinte:

Há um conjunto de crianças/jovens na Freguesia de Aldeia do Souto, estudantes de vários graus de ensino, que estão a ter algumas dificuldades nas pesquisas que pretendem fazer na Internet para fins de estudo e realização de trabalhos escolares nessa freguesia.

Recentemente, segundo informações que me foram dadas no local em deslocação que fiz à freguesia, para além das dificuldades já referidas, apesar de recentemente terem instado um router externo, o sinal Wi-Fi é muito fraco.

Pretendem esses jovens, que as instalações da Junta de Freguesia de Aldeia do Souto estejam abertas pelo menos três dias por semana, num horário que segundo eles, podia ser das 17 horas às 20 horas, porque aí, para além de terem sinal, têm condições de comodidade, que de outro modo não têm, porque é junto à Sede, na rua, que tentam obter esse sinal de rede.

Senhor Vice Presidente apelo ao seu empenho, no sentido de junto do Senhor Presidente da respetiva junta, este problema se resolver.”

Quanto ao trânsito e sinalização entregou os documentos que se transcrevem e anexam à acta:

“Senhor Presidente, percorrido que seja o eixo TCT, constatamos que em vários locais existem vários buracos, muitos deles que já provocaram danos em pneus e jantes, bem

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

como originaram já dois despiste, um deles junto às antigas instalações dos CTT, perto da estação de caminho-de-ferro.

É importante, que uma brigada possa fazer uma intervenção para remendar estes buracos.

Há também, dois espelhos partidos, que devem ser substituídos, porque facilitam muito a circulação das viaturas, a saber:

Quem sai dos Penedos Altos, Rua Raposo de Moura e entrada na Estrada Nacional 18;

Quem entra da Praceta Mateus Fernandes, para a Rua Mateus Fernandes, e que também precisa de ser substituído.”

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Todos nós sabemos da importância que tem a AFTEBI, instituição que se dedica a formação profissional, que funciona nas antigas instalações do CITEV, no contexto da formação no concelho e região.

Quem nos visita, e quem vem especificamente para contactar a EFTEBI, tem muitas dificuldades em encontrar a mesma.

Senhor Presidente, venho solicitar a V. Exa. se digne providenciar no sentido da colocação da sinalética horizontal, apropriada para mais facilmente se chegar a esta instituição.”

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Como é do conhecimento de todos, a Escola Profissional de Artes da Beira Interior, com sede nas instalações do Colégio Internacional, junto ao complexo desportivo, não tem sinalização vertical, informando da sua localização, o que cria dificuldades de localização a quem a procura.

Neste sentido, venho solicitar a V. Exa. se digne mandar instalar essas placas sinaléticas, para mais fácil localização.”

Finalmente solicitou informação quanto à Teleperformance, documento que se transcreve e que se anexa à acta:

“Senhor Vice-Presidente, em reunião de Câmara realizada em Dezembro de 2013, informou-nos, de uma reunião que teve em Lisboa com os responsáveis do projecto da Teleperformance, e que os mesmo se deslocariam à Covilhã, para em conjunto se analisar a situação.

Consta-se, que os responsáveis, desta empresa, se deslocaram para a cidade de Braga.

Em função disto, venho solicitar ao Senhor Vice-Presidente, que informe este executivo, do ponto da situação.”

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou ainda o seguinte: “recordo que eu votei contra a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, na última reunião, que não foi contra o documento, mas foi à forma como ele foi feito. Ele não está bem elaborado, não está completo, está cheio de lacunas, que se poderia ter melhorado nestes últimos 15 dias, até hoje, porque só na próxima semana é que se realizará a reunião da Assembleia Municipal da Covilhã. Penso que foi uma teimosia, por parte da maioria do executivo,

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

não ter melhorado um documento, que é por quatro anos e que pode pôr em causa os interesses das Freguesias.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias afirmou também que votou contra a delegação de competências nas Freguesias, porque achou haver um conjunto de factores ponderativos que não estavam correctos. Solicitaram o melhoramento e a não aprovação do documento nessa reunião, o que não foi aceite e por isso votou contra o mesmo, sendo, no entanto a favor da delegação de competências e da centralização de poder nas Freguesias.

O Senhor Vereador Nuno Reis apresentou uma proposta à Câmara para que seja aprovado um Voto de Louvor e de Reconhecimento Público dos Colaboradores do Centro Hospitalar Cova da Beira e posterior remessa à Assembleia Municipal, que se transcreve e que fica apenso à acta:

“Exmo. Senhor Presidente:

Segundo um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), divulgado pelo Expresso, Público e Diário de Notícias, o Centro Hospitalar Cova da Beira encontra-se na oitava melhor posição da avaliação de desempenho dos hospitais Portugueses.

Este estudo coloca ainda nos primeiros lugares os serviços de Urologia e Cardiologia no que se refere ao tratamento da insuficiência cardíaca congestiva que é a dificuldade do coração em bombear sangue.

O Centro Hospitalar Cova da Beira é uma instituição do Serviço Nacional de Saúde, que presta cuidados de saúde directos às populações residentes nos concelhos da Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor. Instituição de referência nacional e internacional pela qualidade das práticas clínicas, como centro integrado de prestação de cuidados, como promotor de investigação e ensino das ciências da saúde, foi no ano transato re-acreditado como Centro Médico Académico pela Joint Commission Internacional, entidade responsável pela acreditação e certificação das melhores instituições de saúde internacionais.

Propõe-se um reconhecimento público deste órgão ao trabalho do CHCB e à acção estratégica do Centro Hospitalar, como mostra de unidade com os colaboradores e no reconhecimento do esforço levado a cabo por estes na superação das dificuldades do contexto do momento.”

O Senhor Presidente colocou as propostas à votação.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar um Voto de Louvor e de Reconhecimento Público dos Colaboradores do Centro Hospitalar Cova da Beira e posterior remessa à Assembleia Municipal, para conhecimento.

Apresentou ainda um documento, no sentido de ser reconhecida a importância estratégica da Universidade da Beira Interior, que se transcreve e anexa à acta:

“Exmo. Sr. Presidente,

Reconhecendo a importância estratégica para o concelho da presença da Universidade da Beira Interior, da importância de saber bem acolher os estudantes que procuram esta Universidade e a nossa cidade, bem como, do fluxo económico gerado no concelho

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

pelas actividades da associação Académica da Universidade da Beira Interior deve merecer por parte da Câmara da Covilhã uma atenção redobrada quer ao nível do pagamento de taxas municipais, quer ao nível das licenças.

O Movimento Acreditar Covilhã (MAC) teve conhecimento de sucessivos pedidos feitos ao longo do mês de Fevereiro para a emissão de licenças de ruído por um período mais alargado do que o habitual, quer na sede da AAUBI, quer em colectividades da cidade onde se pretendem desenvolver acções ligadas à Semana Académica.

Segundo apurámos, as autorizações da Câmara Municipal são dadas tardiamente e, em muitos casos, ainda nem sequer foram emitidas. Assim sendo, o MAC propõe que:

1) A Câmara Municipal da Covilhã adopte um procedimento interno próprio, que agilize os pedidos de autorizações ou licenças de ruído e ocupações da via pública pedidas por associações, assim que os requerimentos entrem nos serviços ou, em alternativa, que o pedido seja deferido tacitamente no caso de não existir resposta por parte do município nas 48 horas seguintes.

2) Quanto às taxas, este movimento, questiona ao abrigo de que normas ou deliberações se justifica a alteração de procedimento no eu respeita à cobrança das mesmas às Associações, sendo que se propõe que as associações sejam isentas do seu pagamento, no âmbito do que são as suas actividades sociais e culturais, uma vez que tais actividades que desenvolvem visam o bem-estar dos seus associados e nossa, esses sim, prezados concidadãos.”

O Senhor Presidente informou, relativamente à Teleperformance, que esteve agendada uma reunião mas que por indisponibilidade dos representantes da empresa, não foi realizada, sendo que já está de novo agendada uma nova reunião.

Relativamente às transferências de valores para a Conferência de S. Vicente de Paulo, o Senhor Dr. Júlio Costa explicou que por imperativos financeiros, serão liquidadas no próximo mês de Março.

O Senhor Presidente continuou a sua intervenção e sobre os pavimentos e estradas, disse que têm um plano de intervenção rápida e logo que o tempo melhore acudirão às situações mais graves e mais urgentes.

Quanto à Universidade da Beira Interior, referiu que estão agendadas reuniões com o Senhor Vereador com o pelouro responsável, com os representantes da “Associação Académica”, com o intuito de implementar o bom relacionamento com a AAUBI e com os estudantes.

Quanto às isenções propostas, a Dr.^a Graça Robbins explicou que elas não são legalmente possíveis, “porque a alteração que se verificou em termos legislativos, tem a ver com a entrada em vigor, no dia 01 de Janeiro, da Lei n.º 73/2013 que aprovou o novo regime jurídico das Finanças Locais, e que claramente diz que só pode ser concedida uma isenção total ou parcial, desde que haja uma Lei habilitante que o permita; daí a alteração do procedimento. O nosso Regulamento Municipal prevê ainda as isenções, mas nós não podemos aplicar essa norma regulamentar, porque a Lei se sobrepõe e a Lei determinou que neste momento não se podem atribuir as isenções. Estamos a aguardar um parecer jurídico, que pedimos à CCDRC, sobre essas questões concretas de Associações, de entidades recreativas e até da associação de estudantes da Universidade.”

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

O Senhor Dr. Júlio Costa afirmou ainda, quanto à celeridade da emissão de licenças de ruído, que elas estão a ser emitidas no próprio dia em que são requeridas.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

AGENDA

Não houve alterações na agenda.

APROVAÇÃO DE ACTAS

Presente para aprovação, as Actas n.º 1/2014, de 10/01/2014 e n.º 2/2014, de 24/01/2014.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Nuno Reis, deliberou aprovar as Actas n.º 1/2014, de 10/01/2014 e n.º 2/2014, de 24/01/2014.

BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 1.591.462,83 €(um milhão, quinhentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e oitenta e três cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 €(três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 827.059,45 €(oitocentos e vinte e sete mil, cinquenta e nove euros e quarenta e cinco cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 764.403,38 € (setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e três euros e trinta e oito cêntimos).

O Senhor Vereador José Pinto solicitou, que de futuro, fosse disponibilizada uma relação dos pagamentos mensais, pois o documento apresentado não clarifica o que realmente é liquidado e a quem.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que este pedido não se enquadra no conceito do balancete e que terá de ser enquadrado noutra âmbito, com a elaboração de outros mapas que contenham a informação solicitada e que a seu tempo será apresentado.

DESPACHOS

Não existem documentos agendados neste ponto.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Regadio da Cova da Beira – Proposta

Presente proposta subscrita pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, que fica apensa à acta, e que aqui se transcreve:

“ A Cova da Beira constitui uma das regiões mais ricas na produção agrícola do interior, fortemente sustentada por uma economia rural, como são exemplos a produção de cereja, do pêssigo, da maçã, a diversidade de produtos hortofrutícolas, o azeite, o vinho, o queijo, os enchidos, entre outros.

Importa promover o investimento nas explorações agrícolas e empresas alimentares fundamentais para aumentar a produtividade, a competitividade e a produção agropecuária alimentar. Neste sentido, há que potenciar a importância do projeto agrícola do Regadio da Cova da Beira, que demorou quase cinco décadas a ser concluído e precisou de um investimento de centenas de milhões de euros (322 milhões).

É recomendado que se invista num melhor escoamento dos produtos agrícolas, pecuários e silvícolas, aumentando o acesso aos mercados sejam eles locais, nacionais e internacionais, evitando deste modo algum desperdício. É fundamental dinamizar igualmente a concentração de produção agrícola e a sensibilização população para o consumo de produtos alimentares portugueses de base local e regional.

Está provado que a promoção de alimentos tradicionais pode melhorar as dietas e ajudar a mitigar o impacto dos altos preços de alguns alimentos, por um lado, e, por outro lado, é uma oportunidade muito importante para promover a agricultura de pequena escala e a produção local.

É imperioso desenvolver o conceito de multifuncionalidade (preservação ambiental, paisagística e ocupação do espaço rural), bem como promover a reestruturação fundiária particularmente relevante para uma gestão eficaz da floresta, assegurando a sobrevivência e a prosperidade dos agricultores.

Devemos apostar na eco-eficiência, nas tecnologias limpas e na valorização dos recursos naturais endógenos, não apenas como um requisito essencial à qualidade de vida dos cidadãos, à proteção dos recursos e à solidariedade intergeracional, mas também como uma oportunidade para o crescimento económico.

Assim, apresenta-se um plano estratégico de desenvolvimento rural para a Cova da Beira, com base nos seguintes objetivos:

1- CRIAR E DESENVOLVER PEQUENAS E MICROEMPRESAS

Incentivar a criação e desenvolvimento de microempresas, em especial as agroindustriais, nas zonas rurais, tendo em vista a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social dessas zonas.

2- DIVERSIFICAR AS ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas nas explorações agrícolas criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural. Isto pode ser conseguido por via de:

a) Empreendimentos de turismo no espaço rural (agroturismo);

b) Turismo de habitação;

c) Turismo da natureza;

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

d) *Produção de bens resultantes de atividades de transformação;*

e) *Pontos de venda direta de bens produzidos na exploração;*

f) *Produção de energia para venda, utilizando fontes renováveis de energia.*

3- DESENVOLVER ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER NO ESPAÇO RURAL
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos, nomeadamente ecoturismo, ecoturismo, turismo equestre, entre outros, de forma a potenciar a valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da valorização dos produtos locais e do património cultural e natural.

4- DISPONIBILIZAR SERVIÇOS BÁSICOS, INCLUINDO FORMAÇÃO, PARA A POPULAÇÃO RURAL

Aumentar a acessibilidade a serviços básicos, promovendo a integração social das populações através de serviços de apoio à infância, acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência e serviços itinerantes de apoio social.

Considerando o período de grandes dificuldades que o País atravessa, é minha convicção que as atividades relacionadas com a agricultura se podem constituir como oportunidades para relançar sectores económicos mais competitivos e sustentáveis.

Dentro das minhas possibilidades, e em vários contactos que fiz na região do mundo rural, constatei, o seguinte:

Em Aldeia do Souto, há 38 explorações agrícolas com uma área de superfície agrícola utilizada de 321,30 hectares;

Em Vale Formoso, há 50 explorações agrícolas com uma área de superfície agrícola utilizada de 287,40 hectares;

Em Orjais, há 80 explorações agrícolas com uma área de superfície agrícola utilizada de 744,41 hectares;

Em Teixoso, há 203 explorações agrícolas com uma área de superfície agrícola utilizada de 978,01 hectares;

Na ex-Junta de São Pedro, há 32 explorações agrícolas, com uma área de superfície agrícola utilizada de 203,33 hectares;

Na Boidobra, há 73 explorações agrícolas com uma área de superfície utilizada de 965,39 hectares;

Em Tortosendo, há 136 explorações agrícolas com uma área de superfície utilizada de 618,80 hectares.

Estou certo, que se continuássemos na corda do rio, Dominguiso, Vales do Rio, Peso, Barco e Coutada, encontraríamos muitas mais explorações agrícolas, com grandes áreas de superfície utilizadas.

Estou certo ainda, que mesmo naquelas em que fiz este trabalho, haverá áreas de superfície que poderia vir a ser utilizadas, se o Regadio da Cova da Beira os

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

contemplasse, porque como todos sabem, as características atuais dos Regadios em Portugal, têm a ver com o Meio Físico, o Clima e os Solos.

Está provado, que o nosso concelho tem estas características.

Perante o aqui exposto, venho propor à consideração da Câmara a possibilidade de deliberarmos:

a) Criação de uma comissão constituída por cada elemento de força política eleita e movimento nesta Câmara, representante da Cooperativa dos Fruticultores da Cova da Beira, Administração / Gestão do Regadio da Cova da Beira, Representantes dos Agricultores, Produtores, Caprinocultura, Bovinos, Associação de Agricultores de Produção Integrada de Frutos de Montanha, com sede na Guarda, mas com muitos sócios do nosso concelho, associação de Produção integrada, com sede no Fundão e outros que consideremos importantes, como a Adega Cooperativa da Covilhã;

b) Essa comissão deve reunir com caráter de urgência, para análise e elaboração de um documento / Reivindicando a feitura de um projeto que contemple a construção de uma extensão do Regadio da Cova da Beira para a outra margem do rio Zêzere, que considero ser uma infraestrutura de elevado valor acrescentado para a região e País, e vai contribuir para combater o território de baixa densidade.

c) Depois de elaborado esse trabalho, solicitar com caráter de urgência à Senhora Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território, uma audiência, que tenha como um dos objetivos a inclusão nas prioridades no setor agrícola para a nossa região.”

Referiu ainda que, com este documento se dê uma atenção muito especial à agricultura, para ser reivindicado junto do Governo.

O Senhor Presidente agradeceu a proposta apresentada, “que é bem-vinda, é positiva, é construtiva, relativamente a um sector que merece especial atenção, especiais cuidados.”

De seguida colocou o documento à consideração dos Senhores Vereadores.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que esta proposta se enquadra na proposta por ele já tinha apresentado, aquando da reunião realizada com os Agricultores; “esta proposta é mais específica, mais direcionada e a pertinência de ambas, só torna evidente que o concelho tem estado a viver de costas voltadas para a agricultura.”

Disse que acha pertinente a integração de outras entidades, como a Adega Cooperativa da Covilhã e a Associação de Agricultores; “o Regadio tem toda a lógica, com 50 anos de atraso, a 2.ª fase, previa a construção de uma barragem na zona de Valhelhas – Manteigas, que iria irrigar toda a margem direita do rio Zêzere e que beneficiaria, uma fonte de alimentação dos campos de agricultura, mas também o fornecimento de água potável para as pessoas. Acho que não devíamos deixar morrer essa fase do projecto, do Regadio da Cova da Beira e tentar que ele fosse recuperado e implementado.”

O Senhor Vereador Nuno Reis interveio dizendo que concorda com a proposta, porque a agricultura é uma das áreas da região, onde existem proprietários que pretendem investir

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

e crescer; a Covilhã tem terrenos suficientes onde se poderão implementar investimentos de grande importância nacional.

“Faria apenas uma recomendação ao Senhor Vereador Joaquim Matias, que apresentou o documento: nesta fase o Parlamento e a Senhora Ministra estão a discutir aquilo que é o levantamento parcelar, que entretanto já está feito, a análise dos investimentos na área da agricultura e o que é que se prevê em termos de investimento e, provavelmente, faria sentido que a reunião com o Ministério da Agricultura, Mar e Ordenamento do Território fosse prévia, nem que fosse com o Senhor Secretário de Estado, que elucidasse qual era a previsão, em termos de políticas, para a Cova da Beira. Posteriormente, após sabermos aquilo que é a proposta, reunir este grupo de trabalho, que me parece alargado e positivo e que poderá acrescentar alguma coisa, como sendo propostas que os Senhores Vereadores possam levar. Depois, marcar nova reunião com a Senhora Ministra, para apresentar uma proposta final.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse ainda que todos os contributos são excelentes e informou que irá apresentar esta proposta no próximo Congresso do PSD Nacional, onde irei reivindicar esta intervenção para o concelho da Covilhã.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta apresentada.

b) Programa de Incentivo ao Comércio no Centro da Cidade

- Espaço Gourmet

Presente processo de candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, em que é proponente Sérgio António Rodrigues de Almeida, sito na Rua Rui Faleiro, 13, na Covilhã, com estabelecimento de comércio de produtos alimentares e não alimentares, sobre o qual os serviços informam reunir condições para a atribuição de um incentivo no montante de 175,00 € por mês, correspondente à área de 35 m² do estabelecimento, a liquidar mensalmente durante o período de um ano, nos termos do Regulamento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, apresentada por Espaço Gourmet, com estabelecimento de comércio de produtos alimentares e não alimentares, na Rua Rui Faleiro, 13, em Covilhã, no montante de 175,00 € por mês, a liquidar mensalmente durante um ano, nos termos do Regulamento do programa, e autorizar o respectivo pagamento.

- SimplySugar

Presente processo de candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, em que é proponente Ana Catarina Fernandes Ramos, sito na Rua Condestável Nuno Álvares Pereira, 1, na Covilhã, com estabelecimento de comércio de Casa de Chá/Confeitaria - Pastelaria, sobre o qual os serviços informam reunir condições para a atribuição de um incentivo no montante de 200,00 € por mês, correspondente à área de

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

77 m2 do estabelecimento, a liquidar mensalmente durante o período de um ano, nos termos do Regulamento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a candidatura ao programa de incentivo ao comércio do centro da cidade, apresentada por SimplySugar, com estabelecimento de comércio de Casa de Chá/Confeitaria-Pastelaria, na Rua Condestável Nuno Álvares Pereira, 1, em Covilhã, no montante de 200,00 € por mês, a liquidar mensalmente durante um ano, nos termos do Regulamento do programa, e autorizar o respectivo pagamento.

c) Cedência de interesse público

Presente, para efeitos de emissão de parecer prévio, o Acordo de Cedência por Interesse Público, ao abrigo do n.º 4 do art.º 50.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, a celebrar com o Senhor Sílvio Alexandre Santos Dias, a partir de 01 de Março de 2014, acompanhado do processo instrutor, documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade, e nos termos da informação dos serviços, deliberou emitir parecer prévio favorável e celebrar um Acordo de Cedência por Interesse Público, com Sílvio Alexandre Santos Dias, a partir de 01 de Março de 2014.

d) Extinção de caução contratual

- Fornecimento de cartografia numérica e ortofotocartografia

Presente informação do Serviço de Compras e Concursos, datada de 02/01/2014, que na sequência do fornecimento de cartografia e ortofotomapas do concelho da Covilhã, celebrado com a empresa Artop, Aeoro-topográfica, Lda., sobre o qual os serviços informam nada haver a apontar, propõe seja autorizada a extinção da respectiva caução prestada sob a forma de garantia bancária no montante de 7.325,00 €

A Câmara, por unanimidade e com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a libertação da caução prestada pela empresa Artop, Aero-topográfica, Lda., no contrato de fornecimento de cartografia e ortofotomapas do concelho da Covilhã.

- Fornecimento do Projecto de Requalificação da Ribeira do Porsim

Presente informação do Serviço de Compras e Concursos, datada de 09/01/2014, que na sequência do fornecimento do projecto técnico de requalificação da Ribeira do Porsim, celebrado com a empresa MTD – Engenharia, Lda, sobre o qual os serviços informam nada haver a apontar, propõe seja autorizada a extinção da respectiva caução prestada sob a forma de garantia bancária no montante de 624,50 €

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou se solicitaram, ou não, algum parecer jurídico, conforme sugerido pelos serviços.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

O Senhor Engenheiro Jorge Vieira explicou que “os serviços fizeram essa sugestão e eu enquanto responsável pelo Departamento entendi não ser necessário e justifiquei o porquê, e por isso não será pedido.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias acrescentou ainda que, “foi feito um projecto para intervencionar a requalificação da Ribeira do Porsim e todos sabemos quando é que ela começou a ser intervencionada, numa data especificamente direccionada, mas que depois foram interrompidos e não foi concluída.”

O Senhor Engenheiro Jorge Vieira respondeu: “O projecto é mais extenso do que a área que foi intervencionada, mas a área foi reduzida àquela dimensão, porque o financiamento que foi solicitado para compartilhar os trabalhos, tinham um “teto” limite de 200 mil euros, pelo que o projecto não poderia ser executado na íntegra. Foi entendido então, pela parte da Junta de Freguesia que se deveria dar prioridade à parte dos banhos, à zona onde existe uma piscina natural. Por isso, o que foi feito, foi dividir o projecto em três fases, em que a primeira corresponderia a essa zona e seria essa que seria objecto de candidatura a financiamento; foi essa que obteve o financiamento, que foi executada e a parte restante do projecto, as fases 2 e 3, se viermos a conseguir candidatar essa parte da obra a fundos, certamente que serão executados, tal como foi executada a primeira fase.”

A Câmara, por unanimidade e com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a libertação da caução prestada pela empresa MTD – Engenharia, Lda., no contrato de fornecimento do projecto de requalificação da Ribeira do Porsim.

e) Redução/accionamento de garantia bancária

- Empreitada de construção do Elevador do Jardim Público

Presente informação n.º 03/2014 da Secção de Contabilidade, datada de 12/02/2014, respeitante à caução da empreitada de construção do elevador do Jardim Público, adjudicado à empresa Valério & Valério - Terraplanagem e Construção Civil, Lda..

Os serviços informam que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 295.º do Decreto-Lei n.º 278/2009, de 02 de Outubro, pode deduzir-se a garantia apresentada no montante de 14.537,37 € na garantia bancária emitida pela Garval – Sociedade de garantia Mútua, SA, válida até ao dia 05 de Março, e caso a mesma não seja substituída, que os serviços procedam ao seu accionamento até ao montante de 147.379,07 €

A Câmara, por unanimidade e com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a redução da caução prestada pela empresa Valério & Valério, Lda., da empreitada de construção do elevador do Jardim Público, no montante de 14.537,38 €.

Mais deliberou, caso a mesma não seja substituída, que os serviços procedam ao seu accionamento até ao montante de 147.379,07 €.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Recepções definitivas

- Construção da Piscina Praia da Covilhã

A coberto da informação n.º 51, de 30/01/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção definitiva parcial dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, por unanimidade e com base na informação da Divisão de Obras, deliberou homologar o auto de recepção definitiva parcial da obra de construção da Piscina Praia da Covilhã.

b) Recepções provisórias

- Trabalhos de Requalificação de parte do Parque da Goldra, na Covilhã

A coberto da informação n.º 19, de 14/01/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de trabalhos de requalificação de parte do Parque da Goldra, na Covilhã, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, por unanimidade, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de trabalhos de requalificação de parte do parque da Goldra, na Covilhã.

- Requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª fase

A coberto da informação n.º 66, de 05/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória parcial da obra de requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª Fase, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, por unanimidade, deliberou homologar o auto de recepção provisória parcial da obra de requalificação da Ribeira do Porsim, em Sobral de S. Miguel – 1.ª fase.

Mais deliberou aprovar o plano de trabalhos e o respectivo cronograma financeiro.

- Requalificação da Rua Corte do Sino e Rua Zeca Gonçalves, Freguesia do Ferro, 2.ª fase

A coberto da informação n.º 65, de 05/02/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de trabalhos de requalificação da Rua Corte do Sino e Rua Zeca Gonçalves, Freguesia do Ferro, 2.ª fase, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, por unanimidade, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de requalificação da Rua Corte do Sino e Rua Zeca Gonçalves, Freguesia do Ferro, 2.ª fase.

c) Liberação de cauções de contratos de obras públicas

- Requalificação Urbana das Ruas Cristóvão de Castro e Calçada de St.º André

Presente a coberto da informação nº 61 de 31/01/2014, da Divisão de Obras, auto de vistoria à obra de requalificação urbana das Ruas Cristóvão de Castro e Calçada de St.º André, realizada ao abrigo do n.º 2 do art.º 3.º, do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 75 % da caução total da obra.

A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 75 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de requalificação urbana das Ruas Cristóvão de Castro e Calçada de St.º André.

- Requalificação Urbana das Ruas António Augusto Aguiar, Capitão Alves Roçadas, da Barbacã, Rua e Largo da Estrela, Travessa de São Tiago, Travessa do Forno, Escadas, Largo e Calçada de São Silvestre e Beco da Avozinha ou Escondidinho

Presente a coberto da informação nº 60 de 31/01/2014, da Divisão de Obras, auto de vistoria à obra de requalificação urbana das Ruas António Augusto Aguiar, capitão Alves Roçadas, da Barbacã, Rua e Largo da Estrela, Travessa de São Tiago, Travessa do Forno, Escadas, Largo e Calçada de São Silvestre e Beco da Avozinha ou Escondidinho, realizada ao abrigo do n.º 2 do art.º 3.º, do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 75 % da caução total da obra.

A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 75 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de requalificação urbana das Ruas António Augusto Aguiar, Capitão Alves Roçadas, da Barbacã, Rua e Largo da Estrela, Travessa de São Tiago, Travessa do Forno, Escadas, Largo e Calçada de São Silvestre e Beco da Avozinha ou Escondidinho.

d) Contas Finais

- Requalificação do Bairro da Alegria – Trabalhos Complementares

A coberto da informação n.º 62, datada de 31/01/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de requalificação do Bairro da Alegria – Trabalhos Complementares, cujos trabalhos totalizam 24.100,00 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de requalificação do Bairro da Alegria – Trabalhos Complementares.

- Trabalhos de Requalificação de Parte do Parque da Goldra, na Covilhã

A coberto da informação n.º 18, datada de 14/01/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada de trabalhos de requalificação de parte do Parque da Goldra, cujos trabalhos totalizam 91.542,25 €

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que este documento não tem a informação técnica das obras realizadas e que o Parque da Goldra se encontra muito degradado, achando ser importante verificar-se se estes trabalhos se encontram ainda, nos períodos da garantia ou não, correndo-se o risco de se aprovarem as contas finais da obra, sem que estas estejam devidamente regularizadas.

O Senhor Engenheiro Jorge Vieira esclareceu que esta empreitada não é a empreitada principal do Parque da Goldra. Esta empreitada foi feita depois da principal intervenção, que foi contratada a um consórcio das empresas Lambelho & Ramos e Constrope, sendo essa a que tem a maior parte das deficiências que refere e que estão devidamente identificadas e a quem se tem vindo a solicitar a correcção das mesmas, no âmbito da garantia da obra. Esta conta final diz respeito à empreitada que foi contratada à empresa Valério & Valério e que foi um complemento realizado junto à ribeira, que dá ligação à outra margem e que dá acesso à antiga serração que lá existia.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de requalificação de parte do Parque da Goldra, na Covilhã.

- Obra de Execução de Colectores de águas pluviais e residuais da Freguesia do Canhoso

A coberto da informação n.º 43, datada de 28/01/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada da obra de execução de colectores de águas pluviais e residuais da Freguesia do Canhoso, cujos trabalhos totalizam 23.314,38 €

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada da obra de execução de colectores de águas pluviais e residuais da Freguesia do Canhoso.

e) Planos de Urbanização do Vale da Ribeira da Goldra e do Vale da Ribeira da Carpinteira – extinção de caução

Presente informação da Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território, datada de 22/01/2014, que na sequência do fornecimento do relatório ambiental – Plano de Urbanização do Vale da Ribeira da Goldra, celebrado com a empresa Trajectórias de Silva A. Gomes Duarte, Lda., sobre o qual os serviços informam nada haver a apontar,

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

propõe seja autorizada a extinção da respectiva caução prestada sob a forma de garantia bancária no montante de 492,50 €

A Câmara, por unanimidade e com base na informação dos serviços, deliberou autorizar a libertação da caução prestada pela empresa Trajectórias de Silva A. Gomes Duarte, Lda., no contrato de fornecimento do relatório ambiental – Plano de Urbanização do Vale da Ribeira da Goldra.

f) Revisão do PDM – nomeação de representante da Câmara Municipal na Comissão de acompanhamento

Presente informação n.º 9, do Departamento de Obras e Planeamento, datado de 03/02/2014, relativo ao processo de Revisão do Plano Director Municipal do Concelho da Covilhã, e para o qual foi constituída uma Comissão de Acompanhamento, integrada por 35 entidades, propondo, e após o último acto eleitoral autárquico, designar um novo representante da Câmara Municipal, documento que fica apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade, deliberou nomear como representante na Comissão de acompanhamento do processo de Revisão do Plano Director Municipal do Concelho da Covilhã, o Senhor Presidente da Câmara, Vítor Manuel Pinheiro Pereira.

g) Trânsito e sinalização

- Lugar de estacionamento reservado a pessoas com Mobilidade Condicionada – Rua da Indústria, n.º 36 (Revogação de deliberação)

Presente informação n.º 03/2014, da Divisão de Serviços Operativos, datada de 29/01/2014, propondo, a requerimento de Luís Filipe da Silva, a retirada de lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida, existente na Rua da Indústria, junto ao n.º 36, deliberado em reunião de Câmara de 19/03/2010, em virtude de mudança de residência.

A Câmara, por unanimidade, deliberou revogar a deliberação de Câmara de 19/03/2010, retirando o lugar de estacionamento reservado a pessoas com mobilidade reduzida, existente na Rua da Indústria, junto ao n.º 36, bem como retirar a respectiva marcação horizontal e o sinal vertical H1, complementado com placa adicional com a inscrição “1 lugar”.

- Alteração a sinalização da zona de estacionamento autorizada à ADC na R. Comandante dos Bombeiros Sebastião Santos Júlio (Largo da Antiga Auto S. Cristóvão)

Presente informação n.º 01/2014, da Divisão de Serviços Operativos, datada de 20/01/2014, propondo, a requerimento da ADC – Águas da Covilhã, a alteração da sinalização da zona de estacionamento autorizada à ADC, na Rua Comandante dos

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

Bombeiros Sebastião Santos Júlio (Largo da antiga Auto S. Cristóvão), da inscrição das placas delimitadoras instaladas e aprovadas por deliberação de Câmara de 25/05/2012.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à alteração da inscrição das placas delimitadoras instaladas e aprovadas por deliberação de Câmara de 25/05/2012, da sinalização de estacionamento autorizada à ADC, na Rua Comandante dos Bombeiros Sebastião Santos Júlio (Largo da antiga Auto S. Cristóvão).

DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Proposta de adesão do Município da Covilhã à UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 17 de Fevereiro de 2014, propondo que a Câmara delibere aderir à UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, com o objectivo principal de fomentar o entendimento e a cooperação entre os municípios membros, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes, documento que fica apenso à acta.

O Senhor Presidente informou que “decidimos propor a adesão da Covilhã à União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, também conhecida por União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. Esta associação é de extrema importância e quando se fala em projectar a Covilhã, onde a Covilhã possa vir a capitalizar através destes canais de comunicação, deste intercâmbio, desta cooperação e do entendimento que deve haver nos mais variados domínios: cultural, económico, científica, tecnológico, etc.. Referir que os critérios de adesão são muito “apertados”, aliás as duas únicas cidades Portuguesas que fazem parte desta união são Lisboa e Porto, e que por parte do Senhor Secretário Geral da UCCLA, Dr. Vítor Ramalho, há total abertura e entendemos que esta proposta é da maior importância para o Município da Covilhã.”

A Câmara, por unanimidade, deliberou aderir à UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, com o objectivo principal de fomentar o entendimento e a cooperação entre os municípios membros, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes.

Mais deliberou dar conhecimento da presente deliberação à Assembleia Municipal da Covilhã.

I - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Júlio Sanches** disse que possui uma colecção de máquinas de costura que pretende oferecer à Câmara Municipal da Covilhã, para se construir um Museu e solicitou que lhe fosse atribuída uma habitação social.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e a vontade que tem em divulgar o grande espólio, que são suportes de memória do passado e que os nossos vindouros devem conhecer. O Senhor Presidente deu indicação ao Senhor Vereador Jorge Torrão para acompanhar a situação e arranjar uma possível solução para a conservação desses bens.

- **Ermelinda Sousa** que explicou os problemas existentes no prédio onde reside, nomeadamente questões relacionadas com o condomínio, bem como referiu os problemas de infiltrações de água, que não são reparadas e que solicita uma urgente intervenção. Enumerou ainda, alguns dos problemas e conflitos existentes entre os condóminos.

O Senhor Presidente incumbiu o Senhor Vereador Jorge Torrão de verificar os problemas existentes nas habitações e informou que os restantes problemas apresentados terão que ser resolvidos noutras instâncias, uma vez que a Câmara não pode resolver questões de litígios pessoais, desejando o entendimento entre todos os vizinhos.

- **António Estevão** lamentou o facto de ter recebido, da Câmara Municipal da Covilhã, uma carta a solicitar o pagamento de 25,00 € pelo pagamento da limpeza do prédio, relativo ao período de Outubro de 2013 a Fevereiro de 2014, o que o surpreende, porque suspendeu o pagamento no mês de Novembro e o mês de Fevereiro ainda não terminou; por outro lado diz que o valor mensal não está correcto, que não foi esse o valor estipulado.

Referiu que não tem luz no acesso à sua arrecadação e que existem muitos problemas entre os vizinhos, nomeadamente quanto às questões relacionadas com o condomínio do prédio. Solicitando que fosse realizada uma reunião entre todos, para que se solucionassem os problemas.

O Senhor Presidente lamentou a situação existente no prédio e no condomínio e referiu que se farão todos os possíveis para se resolverem os problemas.

- **Rosalina Proença** referiu que tem uma casa em Verdelhos e que fez uma reclamação no serviço de urbanismo, por estarem a ser feitas obras sobre o seu reduto; foi informada que iria lá a fiscalização e que seria avisada, o que ainda não aconteceu.

O Senhor Presidente solicitou que no final da reunião entregasse os documentos que tem, para serem analisados pela Sr.^a Engenheira Isabel Matias, que acompanhará a situação.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

- **Maria Santos** veio questionar a resolução dos problemas dos esgotos no Bairro do Rodrigo, dos buracos existentes na rua, da falta de identificação das ruas, que dificulta a distribuição da correspondência, sobre a conservação e manutenção do elevador da Garagem de S. João que está constantemente avariado e sobre os problemas existentes na casa onde habita.

O Senhor Presidente agradeceu por ter alertado dos problemas existentes no Bairro do Rodrigo e na sua casa e solicitou aos serviços responsáveis para se deslocarem ao local, para posterior resolução dos problemas existentes.

- **Maria do Rosário** alertou para os problemas existentes na casa onde reside, porque tem as paredes todas negras e com muita humidade.

O Senhor Presidente respondeu que os serviços estão a fazer as intervenções possíveis nas habitações sociais, dando prioridade aos casos mais urgentes, mas que irão verificar a situação.

ACTA DA REUNIÃO DE 21/02/2014

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12:39 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 4.500,00 €

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____